



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS– IHL
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES – BHU**

EDNARDO DO NASCIMENTO SILVA

**RELATOS E VIVÊNCIAS DE GÊNERO DE ESTUDANTES BRASILEIRAS E
TIMORENSES NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE E SOBRE O PAÍS DE
ORIGEM**

ACARAPE-CE

2018

EDNARDO DO NASCIMENTO SILVA

**RELATOS E VIVÊNCIAS DE GÊNERO DE ESTUDANTES BRASILEIRAS E
TIMORENSES NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE E SOBRE O PAÍS DE
ORIGEM**

Monografia apresentada ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Natália Cabanillas

ACARAPE-CE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Ednardo do Nascimento.

S578r

Relatos e vivências de gênero de estudantes brasileiras e timorenses no contexto da universidade e sobre o país de origem / Ednardo do Nascimento Silva. - Redenção, 2018.

67f: il.

Monografia - Curso de Humanidades, Instituto De Humanidades E Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Natália Cabanillas.

1. Gênero. 2. Universidade. 3. Vivências. 4. Relatos. I.
Título

CE/UF/BSCL

CDD 305.420

EDNARDO DO NASCIMENTO SILVA

RELATOS E VIVÊNCIAS DE GÊNERO DE ESTUDANTES BRASILEIRAS E
TIMORENSES NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE E SOBRE O PAÍS DE
ORIGEM

Aprovado em: 21/03/2018

BANCA EXAMINADORA



Profª. Natália Cabanillas (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira — UNILAB



Profª. Artemisa Odila Candé Monteiro
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira — UNILAB



Vera Rodrigues
Stape Nº 1985241
Coordenação

Profª. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira — UNILAB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Mestre, que nos deu inteligência, sabedoria e, sobretudo, sensibilidade para entrar nesse universo feminino tão complexo, escorregadiço, encantador e desafiador. Para adentrar neste universo, tentei me despir de mim mesmo, de todo o preconceito que tinha, de todo esse discurso machista e sexista que tanto propaga a sociedade e que repetimos mesmo sem querer.

Agradeço também à UNILAB, que me acolheu tão bem, à coordenação, aos meus professores, funcionários, enfim, a toda a família UNILAB.

Agradeço a amigos como Hitalo Pandit, um rapaz cheio de luz própria, que está sempre com um sorriso no rosto, admiro muito sua admirável leveza do ser; ao Jhonas Irenio de Aguiar, grande amigo, aprendi muito estando com ele. Jhonas está sempre com um sorriso no rosto, é muito simpático, educado, dedicado e esforçado; à Dona Vera, uma senhora que considero a Rainha do BHU, ela está sempre disposta a aprender, sua alegria e disposição muito me motivaram; agradeço ao padre Eudásio, o meu pai do coração e amigo, juntos dividimos nossos problemas, histórias, segredos, medos e frustrações. Ao vereador Jhonas Lima, outro pai e amigo, agradeço pela sua admirável paciência e capacidade de ser compreensivo. Agradeço carinhosamente ao Wanderson Oliveira, em especial, pelo respeito, carinho e amor, pela nossa amizade, cumplicidade e companheirismo. Ele sempre me apoia e motiva com sua simpatia e imensurável amor.

Agradeço também, em especial, ao grande amigo e professor Betinho, grande historiador de Capistrano, um senhor muito sábio, agradável e extremamente educado, juntos compartilhamos segredos, experiências e conhecimento. Ao secretário de cultura de Capistrano, Alexandre Távora, pela nossa amizade e respeito.

Agradeço à Dona Maria, uma senhora timorense que me ensinou a ser paciente, forte, a “experimentar as coisas”, a não ter medo de errar, agradeço pela nossa cumplicidade e amizade. Aprendi com ela também um pouco da culinária timorense.

Dedico estas páginas a todas as mulheres da minha vida, que muito, contribuíram e me motivaram na escolha do tema: Elisabete, minha mãe; minhas irmãs, Lizete, Luzinete e Edinete. Agradeço a minha orientadora, bem-humorada e

descontraída, Natália Cabanillas. Esse TCC é uma homenagem a todas elas, as mulheres deste mundo. As mulheres da minha, das nossas vidas!

Agradeço ao meu pai, Antônio (*in memoriam*); ao meu irmão, Evilásio, por ensinar que é preciso fazer leituras críticas do mundo. Aos demais irmãos, partes desta grande família: Sidney, Fábio e Fabrício.

Agradeço ainda ao ex-presidente da República, Luíz Inácio Lula da Silva, que nos outorgou o acesso à educação, aproximou o interior do ingresso ao ensino superior, possibilitando que jovens e adultos de classe baixa; tanto a nós brasileiros, quanto internacionais: africanos e asiáticos que fazem parte da CPLP, a oportunidade de vivenciarmos uma linguagem intercultural e multicultural que vai além da pele.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema *Gênero na UNILAB: vivências e relatos de mulheres sobre o contexto do país de origem e do ambiente acadêmico da instituição*. A pesquisa aborda o conceito de gênero dentro e fora do espaço universitário, as vivências de gênero e relatos de estudantes mulheres, timorenses e brasileiras, expondo também a minha contribuição, tendo como suporte as experiências e vivências nesta temática. Para desenvolver o trabalho, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, convivências etnográficas, observações, anotações e gravações com base em conversas vivenciadas e experimentadas por cada entrevistada e coautoras de minha pesquisa: Maria Guerra, Maria Moura, Maria Quitéria, Maria Vera. Ressaltamos que este material é colocado em diálogo com diferentes autoras feministas e teóricos que abordam questões de gênero, tais como: Gonzales (1984), Scott (1986), Bento (1995), Buther (2003), Simião (2008), Tilio (2014), dentre outras (os). No decorrer da pesquisa, foram surgindo temas centrais a possíveis questionamentos e apreciações como, por exemplo, o regime patriarcal em Timor Leste, as oportunidades no campo e na cidade (fazendo um comparativo entre Brasil e Timor Leste), a violência doméstica, a cultura, o modo de ser, suas individualidades e suas coletividades.

Palavras-chave: Gênero. Universidade. Vivências. Relatos.

ABSTRACT

The present work has as its theme *Gender in UNILAB: experiences and reports of Brazilian and Timorese women about the context of the country of origin and the academic environment of the institution*. The research project addresses the concept of gender, inside and outside the university space, the experiences of gender and reports of Brazilian and east Timorese women students, also giving my contribution, experiences and experiences in this theme. To develop the work, semi- structured interviews, ethnographic coexistence, observations and annotations were made based simple conversations, experienced and experienced by each interviewee and co- authors of my research: Maria Guerra, Maria Moura, Maria Quitéria, Maria Vera. It is, emphasized that this material is placed in dialogue with different authors that address gender issues, such as: Gonzales (1984), Scott (1986), Bento (1995), Buther (2003), Simião (2008), Tilio (2014), among others. In the course of the research, themes centered on possible questions, such as the patriarchal regime in East Timor, opportunities in the countryside and in the side (comparing Brazil and East Timor), domestic violence, culture, the way of being, their individualities and collectivities.

Keywords: Gender. University. Experiences. Reports.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BHU	Bacharelado em Humanidades
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Tradução)
CREAS	Centro de Referência Especializado de Atendimento Social
DRCA	Diretoria de Registro e Controle Acadêmico
CNEM	Ciências da Natureza e Matemática (Curso de Licenciatura)
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRC	International Rescue Committee
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
RU	Restaurante Universitário
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
UNTL	Universidade Nacional do Timor-Leste
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UPV	Unidade de Pessoas Vulneráveis

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 “NÃO SE NASCE MULHER, TORNA-SE MULHER”	15
3 TIMOR-LESTE E BRASIL: QUESTÕES DE GÊNERO	23
4 NORMAS, SEXUALIDADES E VIOLÊNCIA	33
4.1 Normas de Gênero	33
4.2 Sexualidades dissidentes	38
4.3 Violência Doméstica	40
5 HISTÓRIAS DE VIDA: RELATOS DE TIMORENSES E BRASILEIRAS	44
5.1 Coautora 01: Maria Guerra	44
5.2 Coautora 02: Maria Moura	51
5.3 Coautora 03: Maria Quitéria	54
5.4 Coautora 04: Maria Vera	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65
ANEXOS	66

1 INTRODUÇÃO

*Há guerra com mãe
Há guerra com mãe
Uma grande guerra com mãe
Vai acontecer uma guerra
Oh mãe!
Nasce o bebê
É a guerra da mãe.*

(Professora Brígida da Silva Pinto e Cruz)

Em épocas e contextos diversos da história da humanidade, sabe-se que as mulheres tiveram, muitas vezes, um papel secundário e subalterno na sociedade. Os homens, em sua maioria, sentados numa categoria superior, num tom grave e de dominação: “o macho alfa”. Essas desigualdades de gênero, no Brasil, por exemplo, são vistas no contexto profissional, social, familiar, ou seja, nas diversas relações de poder. Prova disso é que as mulheres, em nossa sociedade, ainda ganham salários inferiores aos dos homens, mesmo ocupando profissões semelhantes. De acordo com a Catho, a desigualdade de salários entre homens e mulheres em muitos cargos é notória, ressalta-se que “[...] a maior diferença é no cargo de consultor, no qual os homens ganham 62,5% a mais do que as mulheres”¹.

Numa reportagem televisiva², são entrevistadas mulheres ocupando profissões estritamente masculinas, como treinadora, skatista, atletas etc. As entrevistadas expressam que a todo o momento precisam provar que são capazes de ocuparem aquelas profissões, com todo machismo e ignorância de nossa sociedade. É exatamente o que diz Bento (1995), em *A mulher negra no mercado de trabalho*: “além disto, essa situação muito peculiar denota o peso de carregar responsabilidades adicionais- provar que outros segmentos sociais também são competentes- aquelas inerentes ao cargo em si” (BENTO, 1995, p.6). Destacamos que na reportagem a categoria de gênero é mais evidenciada do que a de raça.

¹ Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-diz-pesquisa.ghtml>> Acesso em 17 dez. 2017

² Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9l0dOU2MV1k>> Acesso em 17 dez. 2017

Maria Guerra, uma das entrevistadas e co- autora desta pesquisa, expõe que no Timor Leste ainda tem esse preconceito contra as mulheres, como, por exemplo, assumir o comando ou trabalhar em instituições. Em síntese, o homem tem certos privilégios no meio social, embora saibamos que estejam ocorrendo mudanças lentas nesse quesito; e a informação e a desconstrução do machismo em ambientes escolares, em universidades, e até mesmo no meio familiar, são fundamentais para uma sociedade mais igualitária e menos sexista. Nessa mesma linha de raciocínio, de acordo com Aldeota (1857), aconteceu um evento trágico nos EUA que conduziria ao 08 de março, considerado o *Dia internacional da Mulher*. As mulheres que foram covardemente mortas pelo machismo dominante da época lutavam por direitos básicos, como igualdade de salários e redução de carga horária para 10 horas. Soma-se a isso também o direito ao voto feminino, que no Brasil só seria outorgado em 1931.

Utilizando como exemplo o Brasil, mais precisamente as mulheres e seu ingresso no ensino médio, pesquisas do Doyle (2010) revelam que estas ainda são maioria no ingresso e conclusão do ensino médio. Ricoldi e Artes (2016, p.7), citando dados do Doyle (2010), destacam que as mulheres representam maior porcentagem nas taxas de acesso e conclusão do ensino médio: “Considerando a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 2010, 52,2% das meninas de 15 a 17 anos estão nessa etapa de escolarização, contra 42,4% dos meninos, indicando uma maior eficiência no percurso escolar”.

Maria Guerra (outra das entrevistadas desta pesquisa) nos conta sobre os motivos de ter vindo estudar no Brasil, afirma que o Brasil é mais desenvolvido do que Timor-Leste no que concerne à educação. Narra ainda que pretende, a partir do que aprendeu em Redenção-CE, ajudar a desenvolver o seu país. Anexa a isso também que Timor só conta com uma Universidade.

De acordo com uma entrevista³ da consultora do MEC, Rosilene Silva Costa desabafa que em Timor um dos maiores problemas é o de infraestrutura, aponta que em muitas escolas não têm água, nem energia elétrica, não têm aulas, muitas vezes porque não tem um prédio, e os salários dos professores

³ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=0adzJzOHI4>> Acesso em 17 dez. 2017

“são baixíssimos”. Afirma que “há professores que ganham cerca de 60 dólares, por mês”. Além do mais, no Timor, não tem livros, e, os que chegam, são no português de Portugal, frutos da Cooperação portuguesa, segundo a avaliadora.

No artigo intitulado *Notas sobre a mulher contemporânea no ensino Superior*, Ávila e Portes (2009) destacam, com base em autores que trabalham essa temática, (Blay, 2004; Louro, 2007; Rosemberg & Amado, 1992, Rosemberg, 2001), que, nas últimas décadas do século XX, as mulheres têm se destacado mais do que os homens no ensino superior, além do mais, de acordo com essas autoras, “a discriminação no campo educacional mudou de roupagem”, que do acesso transfere-se para o próprio sistema educacional, acarretando uma discriminação na escolha das carreiras, ocasionando assim, uma “guetização” por sexo”, além do mais, levando conseqüentemente a formação de guetos profissionais. De acordo com o INEP, no que diz respeito à mulher no ensino superior brasileiro, de 1991 a 2005, dados revelaram que estas ainda são maioria no ensino superior, as que mais ingressam, concluem e obtêm maiores êxitos. Os estudos ainda mostram que elas ainda são minorias em cursos como Engenharia e Ciência da computação. Tourane (2007) enfatiza que “é importante apontar para o fato de que a possibilidade de considerar o desejo nas escolhas não tem sido levada em conta pela grande maioria das atuais pesquisas do gênero do Brasil e no exterior” (TOURANE, 2007 apud ÁVILA & PORTES, 2009). O que seria então uma lacuna.

Trazendo alguns dados recentes de estudantes mulheres timorenses em Redenção-CE, dados do SIGAA, disponibilizados pelo DRCA, mostram que os homens são maioria no ensino superior em relação às mulheres timorenses, embora as mulheres timorenses tenham se destacado muito nos cursos tidos como masculinos. Os dados revelam então que consta apenas 33 mulheres timorenses na graduação; e homens, 39. Das mulheres, oito já concluíram e uma cancelou o curso.

As mulheres timorenses se destacam mais no curso de Ciências da Natureza e Matemática (CNeM), com apenas 4 na enfermagem e 1 em Engenharia de Energias. Os homens timorenses, como explicitado anteriormente, são maioria no ensino superior, 39 ao todo, 12 já concluíram. O curso em que se destacam mais é CNeM, com somente 5 na Enfermagem. O

que mais suscita a atenção nesses dados é a notoriedade das estudantes timorenses nos cursos considerados sobretudo masculinos, como Ciências da Natureza e Matemática, por exemplo. Pode-se afirmar que essas mulheres não se enquadram no que dizem chamar “cursos femininos”. Claro que tem que se levar em consideração as escolhas, como nos diz Touraine (2007), e não apenas os dados. Utilizando como exemplo as estudantes timorenses, e com base nas entrevistas, elas parecem motivadas a estudarem em outro país por uma educação melhor e de mais qualidade; essas mulheres cruzam o oceano, em busca de independência, o sonho de ajudar a família financeiramente, lutam e estudam por autonomia, voz, reconhecimento, autoestima, novas experiências e sem contar a coragem e ousadia em cruzar, transpor preconceitos em busca de seus sonhos. Maria Guerra (timorense), por exemplo, conta que muitos foram contra sua vinda ao Brasil, sobretudo, o marido.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivos trazer uma discussão sobre gênero, tanto teórica quanto prática. Não somente uma discussão, mas privilegiar as vozes femininas de brasileiras e timorenses, debatendo os diferentes temas e problemáticas que o conceito poderá nos trazer, ou seja, concepções de gênero de cada estudante papéis sociais desempenhados dentro do seu contexto de origem, no qual esteve inserida (timorenses) e no ambiente acadêmico da UNILAB-CE. Levando também em consideração se já sofreram ou vivenciaram opressão ou alguma forma de violência. Pretendo indagar também as formas das desigualdades de oportunidades no campo e na cidade, conforme a experiência das entrevistadas.

Será feita uma pesquisa qualitativa por possibilitar uma maior proximidade com a “experiência vivida” e sensibilidade de cada entrevistada com sua realidade acadêmica e cotidiana, nos permitindo não apenas o acesso às narrativas, mas a inserção nesses relatos e vivências, nessa reciprocidade do sentar, ouvir e o indagar geram experiências que vão além de nossa limitada compreensão. Empreenderemos uma entrevista semiestruturada, com o intuito de analisar os relatos, fazendo uso da ética profissional, respeitando assim a integridade e anonimato das entrevistadas. Como a maioria das entrevistadas optaram pelo anonimato, foram criados

nomes fictícios para a maioria delas: Maria Guerra, Maria Moura, Maria Quitéria, Maria Vera.

Algumas perguntas que expõem de alguma forma a entrevistada, ou que sejam difíceis de serem respondidas, deixo como optativas, por exemplo: nome, se já sofreu algum tipo de violência ou opressão, como constrói sua identidade de gênero, qual sua concepção de gênero, se gênero tem relação com outros conceitos ou é algo isolado, etc. Portanto, tem-se, nesse trabalho, plena consciência de que as entrevistadas são de cursos diferentes, e algumas, talvez, não tenham contato ou intimidade com alguns desses conceitos das ciências sociais. Observações, gravações e anotações complementarão o questionário e a entrevista. Utilizando como exemplo a técnica da observação, Lakatos e Marconi (2003) discorrem que essa técnica “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”. (LAKATOS & MARCONI, 2003, p.189).

Vale ressaltar que com algumas estudantes tive a oportunidade de ter um contato/aproximação maior (como Maria Guerra, Maria Vera), outras apenas fiz alguns cursos de horas complementares, disciplinas, juntos, ou as conheci por intermédio das primeiras. Encontramo-nos com frequência no espaço universitário.

Estarei também atento nesta pesquisa aos contrastes entre Brasil e Timor, por exemplo, como se dá a violência doméstica nesses dois países, a cultura, papéis sociais etc. Já com relação ao questionário, serão feitas perguntas do tipo: experiências acadêmicas e de origem, nome, idade, curso, nacionalidade, relatos de viagem (mulheres internacionais), concepção de gênero, divisão de papéis sociais e sexuais entre homens e mulheres, se há essa desigualdade de oportunidades entre as mulheres do campo e cidade (como suponho que haja), se há casos de homens trabalhando em lares e mulheres trabalhando fora, a maternidade. Além disso, a auto definição de cada uma em termos raciais. Porém, com relação aos termos raciais, usarei a seguinte estratégia, pedirei que a pessoa se auto- defina sem apresentar, logo de início, as opções.

Acredito que o diálogo das entrevistadas com as teóricas/estudiosas do gênero irá gerar possíveis questionamentos, como, por exemplo, se Timor-Leste ainda vive em um regime patriarcal; gênero, que é muitas vezes visto

como uma construção social; o ato de ser mãe ou não; a legalização do aborto; sexualidades transgressoras etc.

Desse modo, podemos concluir que essa pesquisa é relevante dentro e fora do ambiente acadêmico; porque, além de privilegiar as vozes femininas de Timor e Brasil, aborda e problematizam diferentes temas, como sexualidade, violência doméstica, que é um alerta para a sociedade como um todo, seguido de outros temas como maternidade, diversidades culturais, etnias, vivências, relatos, histórias de vida, mulheres no ensino superior, e, sobretudo, a rede de experiências geradas nesse diálogo da reciprocidade, do multicultural, que vai muito além da classe, da raça e da sexualidade.

Pretendo, por conseguinte, dialogar com algumas/alguns autoras/es, numa discussão teórica sobre gênero, tais como: Gonzales (1984), Scott (1986), Bento (1995), Buther (2003), Simião (2008), Tilio (2014), dentre outras (os). As entrevistadas (coautoras) também darão sua própria contribuição, fazendo parte também desta discussão como autoras independentes e empoderadas, juntamente com as (os) pesquisadoras (es) do gênero.

Percebe-se também, nesse processo de construção e concepção dessa monografia que todo trabalho tem seus desafios, contudo a convivência com boa parte das entrevistadas muito me motivou e facilitou tanto na escrita quanto na viabilidade para desenvolver tal pesquisa, ou seja, de certa forma já estava inserido mesmo que brevemente em suas vidas.

2 “NÃO SE NASCE MULHER, TORNA-SE MULHER”

Sabe-se que o conceito de gênero já foi visto como um simples termo gramatical, um substituto para a categoria de “mulher”, ou algo que faça uma simples alusão ao masculino e feminino. Mas, ao longo do processo histórico, muitas teóricas, filósofas, historiadoras e pesquisadoras, feministas ou não, intentaram dar sua contribuição, definição, ou seja, concepção de gênero, como, por exemplo, na clássica frase da filósofa francesa Simone de Beauvoir, de que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (*O Segundo Sexo*, 1949), definindo gênero, como uma construção social. Já outros, como o catolicismo, a neurobiologia, a neuropsicologia, a sociologia, a genética e o darwinismo social, difundiram e fizeram abordagens do conceito como sendo algo fixo e permanente (biológico) ou complementar, reforçando ainda mais esse velho binarismo e oposição entre homens e mulheres, com base em diferenças “percebidas” entre os sexos.

Porém, o conceito foi ganhando, ao longo desse processo, corpo e forma, sendo conseqüentemente remodelado, definido e redefinido, digamos que foi ampliando-se e incluindo, ou seja, sendo relacionado a outras categorias que antes eram consideradas impensáveis (para a ciência androcentrada), como classe, raça, economia, política etc. Foi-se ampliando uma visão mais interseccional. Isso, por consequência, gerou muita polêmica dentro do espaço de discussão, tanto intelectual, quanto no social; sobretudo, no espaço político, pois feministas e não feministas, marxistas ou não, debatiam sobre a possibilidade de relação do gênero com outras categorias, visto que, como mostra o artigo de Scott (1986), esse termo ainda não tinha um status próprio dentro do marxismo. Portanto, o conceito levou muito tempo para ganhar seu espaço e independência dentro do meio intelectual, social e acadêmico.

Ademais, outras vertentes de estudos surgiram como as *Queer Theories* (uma vertente não necessariamente) pós-moderna de gênero, uma contraposição ao discurso hegemônico, uma corrente de tentativa de inclusão da diversidade sexual, criticando, assim, velhos preconceitos, padrões sexuais e morais e de comportamentos. Além disso, tem a proposta de romper com esse binarismo e aparente estabilidade da sexualidade. De acordo com

Miskolci (2009), essas teorias questionam a “hétero normatividade compulsória” nas relações de gênero, discriminações e exclusões, ademais amplia e reformula a epistemologia dos estudos de gênero e inclui as sexualidades ditas transgressoras. Tem destaque, nesse universo de ideias, Judith Butler (2003). Para Butler (2003), gênero são efeitos de performatividade, isto é, para a pesquisadora, gênero é algo dinâmico, fluído e transitório, que precisa muitas vezes ser reafirmado, um “exercício de repetição” e reafirmação necessária e essencial no processo de formação da identidade de gênero do sujeito.

Em seu artigo, Rafael de Tilio (2014) traz algo relevante: as principais perspectivas teóricas contemporâneas sobre gênero. De acordo com o teórico, essas perspectivas de compreensão do conceito de gênero estão compostas por afirmações de cunho filosófico, religioso e, sobretudo, científico. Acrescenta ainda que “tais perspectivas, segundo Roudinesco (2008), foram difundidas desde o século XVI no Ocidente pelo catolicismo e aprimoradas no século XIX por específicas correntes científicas” (p.128). Desse modo, a igreja contribuiu para difundir padrões sociais e sexuais, enquanto o discurso médico se apropriou desses argumentos para legitimar suas concepções e teorias.

Dentre essas perspectivas sobre gênero, há a biológica, no qual o homem seria mais “forte” fisicamente do que a mulher, e por isso mesmo mais apto para a caça, o sustento do lar, a organização grupal, social e a dominação da fêmea, ressaltando, dessa forma, a virilidade masculina em detrimento da feminina, ou seja, a mulher estaria por “natureza” relegada a ser mãe, a cuidar dos filhos e do marido. Desse modo, os corpos dos homens e das mulheres, por serem anatomicamente diferentes, teriam características psicológicas, sociais e de comportamentos diversos. Pois, como destaca Tilio (2014, p.128), “a diferença biológica dos sexos definiria rígidos papéis de gênero e de vivência da sexualidade”. Essa diferença seria vista tanto na educação formal quanto na saúde.

Em seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Scott (1986) destaca que “através dos séculos, as pessoas utilizaram de modo figurado os termos gramaticais para evocar os traços de caráter ou os traços sexuais” (p.72). Quando esta se refere à gramática, a considera plena de possibilidades ainda não exploradas, pois há algumas línguas indo-europeias

em que consta uma terceira categoria: o sem sexo ou neutro. Além do mais, todas as línguas bantas não têm gênero mesmo sendo feminino. Destaca ela que recentemente, o conceito de gênero, “parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (p.72) indicando assim uma rejeição do determinismo biológico. Gênero como uma categoria analítica então só surgiu no final do século XX, pela dificuldade encontrada pelas feministas contemporâneas de incorporar o conceito nas discussões; além disso, a autora destaca que gênero emergiu em um momento de grande efervescência epistemológica.

Em síntese, algumas feministas mais radicais (negras), como Ângela Davis, pretendiam mudar os rumos dos acontecimentos históricos ao proporem uma nova história das mulheres, baseada em três conceitos: gênero, raça e classe, supondo que conseguiriam resolver a narrativa histórica com base nesses termos. Para Scott (1986), “uma tal metodologia, implica não somente uma nova história das mulheres, mas também uma nova história” (p.73). Os historiadores não feministas de certa forma irão tirar proveito de tal atitude, dizendo que deixem que as feministas escrevam a história das mulheres, “que não nos diz respeito”, afirmam. Os historiadores não feministas ainda se referiam as mulheres apenas relegadas ao sexo e à família, sem ter relação direta com outras categorias, como a história política e econômica. Em contrapartida, afirma Natalie Davis (1975, p.72), “penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar apenas do sexo sujeito”. Davis (1975) percebe que não há história, em separado, entre homens e mulheres, e que tal metodologia não tem fundamento, só reforçando ainda mais as desigualdades de gênero e a segregação. Para Scott (1986) “o desafio colocado por essas reações é em última análise um desafio teórico” (p.74) Além disso, de acordo com a teórica, gênero como uma categoria analítica é crucial, para se compreender tanto as relações sociais como os processos históricos: passado e presente.

Desse modo, gênero foi utilizado e interpretado de várias formas, dentre elas, se destacam os usos descritivo e causal, o primeiro é algo mais ideológico, sem vínculo direto com outras categorias e apenas restrito as

mulheres; o segundo seria, digamos assim, mais questionador, buscando a “causa” dos problemas.

As historiadoras feministas utilizaram também muitas abordagens na análise de gênero, dentre elas uma tentativa de explicar as origens do patriarcado (feministas); de tradição marxista, buscando um certo compromisso com as críticas feministas e, por último, inspiradas em diferentes escolas da psicanálise (dividida entre pós-estruturalismo francês -figura central Lacan- e as teorias anglo-americanas de relação de objeto). Segundo Scott (1986, p.80), as duas escolas estão voltadas para a identidade do sujeito e como ela é formada. As teóricas de relação de objeto destacavam a experiência concreta da criança com os pais, já os pós-estruturalistas postulavam que a linguagem desempenha um papel central tanto na comunicação, interpretação e representação de gênero, e que “linguagens não designa palavras, mas sistemas de significação”. (p.81).

Por outro lado, para algumas feministas, a reprodução era a chave do patriarcado; já para outras, como Mackinnon (1982), seria a sexualidade. Scott (1986), ao citar em seu artigo Catherine Mackinnon (1982), traz a seguinte afirmação dessa autora: “a objetificação sexual é o processo primário de sujeição das mulheres” (p.77). “O homem fode a mulher, sujeito verbo objeto” (p.77). Percebe-se que Mackinnon não separa os termos: sujeito verbo objeto, sugerindo que eles são uma coisa (sentença) só. Fazendo relação à frase da feminista, Maria Moura (outra entrevistada de nossa pesquisa), afirma algo muito semelhante, ao dizer que “a mulher ainda é vista pela sexualidade dela”. Concordamos com Moura, isso é algo que ainda está arraigado nos olhares machistas, na estrutura da sociedade, sobretudo, a masculina conservadora. Não é por acaso que as amizades entre os homens sejam mais masculinas do que femininas, causaria um certo estranhamento um homem bebendo, ou saindo com amigas, ou assistindo uma partida de futebol com uma amiga mulher, e não com um amigo. Claro que existem amizades femininas nesse sentido, mas suponho que são poucas. Ademais se o homem é casado, e vice-versa, é mais complicado ainda. Isso me fez lembrar um caso, um recorte no tempo de infância, quando meu tio disse para minha prima “não se misturar com nós”, deixando subentender que menina brinca com menina e não com meninos, como se fosse “errado”, e ainda hoje parece ser assim. É como disse

Michelle Perrot (2007) que as meninas são mais vigiadas que os meninos e estas ainda passam mais tempo em casa. A segregação de alguma forma alimenta os estereótipos.

Scott (1986, p.78) também enfatiza que “qualquer diferença física assume um caráter universal e imutável, mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mutações nas formas e nos sistemas de desigualdades de gênero”. A autora destaca que apesar das feministas marxistas terem uma abordagem mais histórica, as análises de gênero têm se limitado, pois, “a exigência auto- imposta de que haja uma explicação “material” para gênero tem limitado ou, ao menos, retardado o desenvolvimento de novas linhas de análise”. (Scott, p.78)

Outra diferença entre as duas escolas anglo saxônicas é o inconsciente. “Para os/as lacanianos/as o inconsciente é um fator decisivo na construção do sujeito; ademais, é o lugar da divisão sexual e, por esta razão, um lugar de instabilidade constante para o sujeito “generificado”, (gendered)” (SCOTT, 1986, p.81). Essa teoria é bastante interessante e se assemelha à definição de gênero de Buther (2003), revelando que o processo de construção da identidade do sujeito não é algo fixo, estável e imutável, sendo algo instável e, portanto, sujeito a mudanças.

Scott (1986, p.82) enfatiza que “a linguagem é o centro da teoria lacaniana; é a chave de acesso da criança a ordem simbólica, através da linguagem é construída a identidade generificada (gendered)”. De acordo com Lacan, o falo é o significante central da diferença sexual; Scott (1986, p.82), por sua vez, faz severas críticas a essa teoria, dentre elas por não permitir introduzir uma noção de especificidade e de variabilidade histórica; enfatiza ela, “mas a identificação de gênero, mesmo que pareça sempre coerente e fixa, é, de fato, extremamente instável. ” (p.82). Para essa teoria, os desejos reprimidos constituem uma forte ameaça para essa estabilidade de identificação de gênero, havendo sempre um conflito. Sally Alexander (ao fazer sua leitura de Lacan), afirma que ele “contribui para fixar a oposição binária entre masculino e feminino como a única relação possível e como um aspecto permanente da condição humana”. (p.83). Scott (1986, p.84) conclui que “temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição

binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual”.

A definição de gênero da teórica é dividida, portanto, em duas partes, em diferentes subconjuntos que estão inter-relacionados segundo esta. De acordo com Scott (1986, p.86), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e é também “uma forma primária de dar significado as relações de poder”. Alguns desses elementos seriam os símbolos, os conceitos normativos, a identidade subjetiva etc. A autora destaca algo relevante ao afirmar que alguns pesquisadores, sobretudo os antropólogos, “tem restringido o uso do gênero ao sistema de parentesco” (p.87) sugerindo então uma ampliação do conceito, vinculado a outras categorias como o mercado de trabalho, educação, sistema político etc. Conclui que “o gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente”. (p.87). Podemos perceber através dessa proposição que a autora já tinha esse olhar interseccional. Embora elogie a psicanálise em alguns pontos, critica-a simultaneamente, por sua “pretensão universal”, e sugere que se trabalhe de uma forma mais histórica.

A teórica, ao citar o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1980), afirma que essa “divisão do mundo”, com base em características biológicas, é uma perfeita ilusão. Scott (1986, p.89) destaca ainda que “o gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana”. Sobre a política, afirma que “a história política- ainda o modo dominante de pesquisa histórica – tem sido o bastião de resistência à inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e o gênero” (p.89). A pesquisadora, ademais, diz que gênero, dentro da teoria política, foi usado para justificar ou criticar reinados de monarcas e as relações entre governados e governantes. Cita como exemplos Elizabeth I, na Inglaterra, e Catarina de Médici, na França.

A autora chega à conclusão de que “nós só podemos escrever a história desse processo (político) se reconhecermos que “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes”. (SCOTT, 1986, p.93). Além disso, para a teórica, gênero não é um conceito fixo, “mas cujo significado é contestado e está em fluxo” (p.93). O que caminha na mesma linha de raciocínio a concepção de gênero de Butler (2003). Scott (1986) sugere,

portanto, que tratemos a (aparente) oposição homem e mulher como problemáticas e não como naturais ou conhecidas.

Na minha concepção, gênero não é uma construção somente social, ou seja, gênero é uma construção social, mas não é apenas isso. É, sobretudo, uma construção subjetiva de si mesmo, porém, esses outros elementos tornam-se “secundários”, tendo passado antes pelo social, pois nenhuma construção de identidade de gênero é a- social. Isto é, o indivíduo dissidente recusa esse padrão de conceito de homem ou mulher, essa roupa padronizada e estereotipada, sobretudo de cor azul ou rosa, e constrói sua própria identidade. Portanto, obviamente que gênero mantém relações, conexões com outras categorias, como a linguagem (Lacan), o social, política, economia, o cultural, a religião, família, parentesco, etc., contudo, suponho que o indivíduo tem autonomia e potencial suficiente para construir sua própria identidade de gênero, sem seguir esse “modelo de identidade socialmente aceito”. Porém, em minha concepção, o indivíduo com orientação LGBTQ rejeita de início esse “modelo” social e se impõe e constrói a si próprio, a sua própria identidade sexual e individual. Mas certamente o inverso pode ocorrer.

Meu raciocínio se assemelha ao de Buther (2003), ou seja, primeiro o indivíduo observa o social, depois volta sua percepção, tendo a liberdade de rejeitá-la ou não, e regressa a si mesmo, reafirmando sua identidade, sempre nesse processo de ir e vir, ou vice-versa. Defino assim porque já observei casos ou depoimentos de homens que levavam uma vida aparentemente heterossexual, formaram família e depois de uma certa idade se assumiram LGBT como se isso apenas estivesse interiorizado. Esse estado de “hibernação” da verdadeira identidade sexual do sujeito pode despertar em algum momento de sua vida, mas poderá ser duramente reprimida pela pressão da sociedade, família, amigos. Acredito também que ser é apenas uma possibilidade, pois ninguém é, somos possibilidades transitórias e questionáveis. Portanto, devemos pensar gênero dialeticamente, não como algo ilhado, fixo, estável e imutável, mas como algo instável, fluido, transitório e performático, como defende Buther (2003). Mas também acredito que em algum momento essa identidade de gênero precise ser definida mesmo que provisoriamente porque senão não existiriam mulheres e homens héteros; desse modo, essa fluidez e instabilidade podem estar presentes em um dado

momento da vida do indivíduo, em seu processo de identidade de gênero que de instável pode se tornar aparentemente estável, podendo ser questionada ou não no percurso de sua sexualidade.

3 TIMOR-LESTE E BRASIL: QUESTÕES DE GÊNERO

Antes de iniciar esta Revisão da Literatura, acho de suma importância trazer alguns dados informativos do Brasil e Timor Leste. Timor Leste é uma ex-colônia portuguesa, possui 13 distritos, está localizado na região sudeste da Ásia, tendo sua capital sediada em Dili. Vale ressaltar que Timor Leste é uma ilha. O geógrafo Mauricio Waldman, em *Geografia do Timor Leste* (2003), expõe alguns dados sobre o país, tais como: Nome oficial: República Democrática de Timor Leste; Capital: Dili; População absoluta: 794.298 habitantes; Religião: 95% são católicos; Expectativa de vida: 57 anos; Alfabetizados: 56%; Renda per capita: US\$ 478. Com relação às línguas, se reconhece o português e o tétum como línguas oficiais. Considera-se também que o tétum e as demais línguas nacionais devem ser desenvolvidas e valorizadas pelo Estado.

Sobre a dominação portuguesa, Timor ficou sobre o jugo de Portugal por 450 anos aproximadamente, sendo considerado um dos países mais jovens do mundo em termos de independência, com apenas 15 anos. Proclamou sua “independência” em 28 de novembro de 1975, mas somente em 20 de maio de 2002 as tropas indonésias deixam o país, depois de 24 anos de “dominação”.

Amarante (2010) destaca, em sua pesquisa, uma temática pertinente para nossa discussão. A autora trabalha com diferentes abordagens, como família, casamento, dote, papéis sociais, educação, tradições, guerrilha, enfim, categorias e conceitos que auxiliam no processo de estudo e compreensão de gênero no Timor. Para Amarante (2010), com base em alguns movimentos de associações femininas e ONGs no debate sobre a mulher timorense, a autora conclui que *gênero* é um conceito recente no Timor. Esta também privilegia algumas vozes femininas, suas entrevistadas são mulheres letradas, trabalham em rádios, na mídia, em administrações governamentais, no serviço estatal e em ONGs; são independentes, atuam ativamente dentro daquele país, e, por que não dizer, mulheres empoderadas que constituem uma minoria, exceção diante de uma maioria que não teve as mesmas oportunidades, relegadas por isso mesmo ao lar, à “ignorância”, ao trabalho, tanto doméstico quanto no campo. Portanto, são narrativas de mulheres timorenses, por meio de relatos

gravados. A teórica considera ainda a complexidade de discorrer sobre a memória. (AMARANTE, 2010).

Segundo esta, as mulheres no Timor, durante a ocupação, participaram, resistiram na luta armada, “ligação com a frente Clandestina”, no comando de operações, porém são escassos seus testemunhos. Algumas dessas jovens que participaram na luta pela independência hoje são jornalistas, trabalham em rádios ou jornais, “são vozes mediatizadas que atuam nos meios de comunicação” (p.2). Entre essas vozes, estão Rosa Alves, Filomena Soares, Inês Martins, Ana Paula Rodrigues. Maria Genoveva da Costa Martins e Adalgisa Ximenes são ativas no Parlamento, e Eugenia Neves é educadora (AMARANTE, 2010). Consideramos ainda que

[...] se, em inúmeras sociedades tradicionais onde predominava a transmissão oral, as mulheres atuaram como narradoras como nos fala Michelle Perrot (1989), em Timor Leste tal tarefa é marcadamente masculina. (AMARANTE, 2010, p.5).

De fato, muitas mulheres foram silenciadas ao longo da história, não é à toa que não se fala em *Lian na' in* mulher no Timor. Brígida Cruz (2017), uma *Lian na' in*, desabafa que isso é prova da cultura machista e patriarcal no país. Ao trazer os silêncios da história, Amarante (2010) mostra, por meio de Claude Filteau (2009, p. 103) algo curioso: na República de Platão, artesãos ficaram de fora do espaço de discussão política, pelo simples fato de trabalharem em casa.

A pesquisadora tentou, portanto, com esse trabalho “captar a memória social”, tendo como base algumas protagonistas que transformaram sua luta em causa coletiva, na tentativa ousada de emancipação feminina. A mesma pôde então perceber, através desse trabalho de pesquisa, aspectos importantes da condição feminina daquele país. De acordo com Amarante, Timor Leste ainda é “uma sociedade patriarcal em que existe uma distinção de gênero desde o nascimento” (p.7) e que isso se perpetua, tanto no casamento, como na educação, escolha profissional, dentre outras. Já “a maternidade e o ato de servir e cuidar fazem parte dos papéis sociais prioritariamente reservados a mulher, desde a mais tenra idade e em todas as camadas

sociais” (AMARANTE, 2010, p.7). Em contrapartida, Maria Guerra (2017) uma de minhas entrevistadas discorda de tal concepção, ao afirmar que esse sistema patriarcal existia no passado, em tempos remotos.

O *Relatório do CEDAW*, do Timor Leste, ano de 2007, afirma que as mulheres desse país têm uma participação reduzida na força de trabalho, estando em níveis mais baixos de salários do que os homens e tendo menos oportunidades para ascenderem profissionalmente, “tradicionalmente elas não participam nos processos de tomada de decisão” (p.9). O relatório destaca que a porcentagem de participação das mulheres na força de trabalho é de 52%, contra 69% dos homens. O que realmente choca é quando Amarante relata que

[...] nos próprios textos e ilustrações de manuais didáticos, nota-se essa divisão de tarefas bem presente, a qual se manifesta pela propagação de imagens consideradas representativas da vida das mulheres e colabora para consolidar estereótipos e marcar as desigualdades. (AMARANTE, 2010, p.9)

Desse modo, a participação das mulheres é mais reduzida ainda na política: *Chefes de Suco*, num total de 7 em todo o país, e 22 chefas de aldeia, sendo que Timor possui 442 sucos (7 por subdistrito e 2229 aldeias); o que é alarmante. Tendo, além do mais, muitas mulheres, uma educação secundária e sua voz limitada, tanto na comunidade quanto na política. São apenas ecos. A Deputada Genoveva (2006), citada por Amarante (2010, p.10), diz que além do sistema patriarcal no Timor, antes “as mulheres eram consideradas de segunda linha”, e que apenas seus filhos tinham direito aos estudos.

Simião (2008, apud Amarante, 2010) afirma que, apesar das mulheres terem tido uma participação expressiva no Timor, durante a guerrilha, isso não modificou muita coisa. Em contrapartida, Genoveva Martins (2006) descreve a coragem de suas compatriotas ao enterrarem seus maridos, viúvas tendo que cuidar dos filhos sozinhas, do sustento e da educação. Além do mais, em tempos de guerra, elas ajudavam a divulgar mensagens, fornecer mantimentos, etc., entretanto, “apenas se enalteceu o mito das heroínas”, destaca a autora, cabendo a estas um papel secundário. Mas, para a pesquisadora, isto está

mudando, o que parece anunciar um tempo de transição entre passado e presente.

Conforme a constituição de Timor Leste, deve-se haver igualdade entre homens e mulheres em todas as esferas sociais. Mas parece que a realidade timorense não condiz com a constituição, nesse contexto de igualdades de gênero, pois a maioria das mulheres timorenses ocupa uma posição de subalternidade e de obediência ao marido, embora saibamos que essas mulheres estão ainda empoderando-se e tomando consciência do poder feminino.

Com relação à educação superior, como possibilidade a Universidade Nacional de Timor Leste (UNTL), muitas jovens, com base no texto de Amarante (2010) deixam os estudos para cuidarem da família, ou a questão financeira as impede de ingressarem em seus estudos ou está impregnada sobre aquela velha mentalidade do cuidar e servir.

Com relação ao casamento, este ainda preza, na maioria das vezes, pela antiga tradição do dote ou *barlaque*, considerado por alguns como um negócio, para outros como um contrato social. Desse modo, quem paga o dote é a família do noivo para a família da noiva. Simião (2004, p.6) descreve que “o dote (*barlaque*) existe entre todos estes grupos, mas é especialmente importante entre os grupos patrilineares”. Aponta, além disso, que “o *barlaque*, porém, não é condição para que haja o casamento”, (p.6) ou seja, caso isso ocorra a família da noiva mora junto com o casal enquanto a família do noivo não paga o dote, denomina-se a isso de *kaben tama*; só depois que acertarem o dote é que o casal pode se unir à família do noivo. Escreve o autor: “É comum que jovens casais morem juntos por algum tempo, sem o pagamento do *barlaque*”. (p.6). O dote pode em Timor ser dado em búfalos, terras, ouro e outros bens, como *táis*. Segundo Maria Guerra (2017), *táis* é um tecido tradicional no Timor, fabricado manualmente em teares, o *taís* é um presente ofertado à família do noivo, descreve ela. Também há famílias que trocam reciprocamente seus bens.

Se, por exemplo, a mãe da noiva não foi “*barlaqueada*”, o noivo não terá obrigação de pagar o dote. Maria Guerra (2017) me contou que sua mãe não foi “*barlaqueada*”, como consequência disso, ela e suas filhas também não, relata que “se a mãe não tem dote e a filha tem dote, a filha morre”. Em

Amarante (2010), percebemos que a mulher é a parte mais fraca dessa união, pois o marido fez um “investimento”, no caso, quando o dote for excessivo, e se a mulher não tiver habilidades para cozinhar ou trabalhar, poderá haver muitos casos de violência doméstica. Acresce-se ainda que o irmão só poderá se casar depois da irmã, ela por sua vez, lhe dá uma espécie de recompensa do seu dote para que este possa se casar. Portanto, a esposa tem obrigações, tanto com o marido quanto com a família deste. Pesa ainda sobre ela a tradição da virgindade.

A pesquisadora, com base em uma das entrevistadas, reforça ainda que, apesar do “barlaque” ter se modificado por intervenções católicas, e tendo possibilitado casamentos mais “abertos”, mesmo assim a tradição é muito forte e arraigada no Timor. Esta descreve e reitera que muitas jovens timorenses se casaram muito cedo devido as investidas de soldados indonésios nos tempos da invasão.

Ainda com relação ao *barlaque*, a professora de Língua Portuguesa, Brígida da Silva Pinto e Cruz, escreve um pouco sobre essa tradição. Brígida Cruz tem 56 anos, de nacionalidade timorense. Primeiramente, a conheci por intermédio de Maria Guerra, as duas são amigas e estudantes da UNILAB-CE. Particularmente a considero uma escritora e poetisa admirável; relata em seus escritos que o uso de aguardente (*tuaaka*) servia antigamente para deixar o homem desinibido, inclusive em cerimoniais importantes como o *barlaque*, “dote”. Escreve ela que “assim os visitantes, sendo bêbados, comportam-se ricos, encorajosos e limitam-se a aceitar qualquer que seja o valor da noiva decidido pelos hospedeiros”. Acrescenta ainda que “a aguardente actua como agente amortecedor e acelerador do comportamento do homem timorense, transformando o pobre em rico, o fraco em forte, o ignorante em sabedor, o governado em governador, enfim, faz com que se comportem como senhor de si mesmo”.

Além disso, acrescenta ela: “a aguardente tem um papel fundamental quase em todos os ritos tradicionais, tais como desluto, barlaque, colheita de milho, arroz e um verão prolongado ou a queda das chuvas”. Conclui que “a aguardente exerce um papel importante na modificação de atitudes de certas pessoas, ainda que sejam prejudicadas”. (Brígida Cruz, 2010). Segundo a professora timorense, atualmente a *tuaaka*/aguardente “funciona como centro

de confrontos físicos” entre homens timorenses, destaca: “nos recintos onde se vendem tuaaka, reúnem-se pessoas de diferentes idades para beber e, depois de embriagados, desconhecem-se e confrontam-se a catanhadas, a pedradas, vingam-se em incendiar casas”.

A professora narra algo muito interessante em seus escritos quando aponta o segundo uso da *tuaqueira*, com o seguinte tema: “Tuaqueira como alívio das emoções”. Ou seja, a árvore além de produzir a aguardente, serve como alívio das emoções e das descargas emocionais em que se encontra o chefe da família. Escreve ela: “Em certas regiões do território, principalmente a ilha de Ataúro, as questões familiares resolvem-se com o chefe da família trepando a tuaqueira/palmeira e largando lá de cima as suas sobrecargas emocionais para o público. As famílias vizinhas, ao darem conta de tal acontecimento, reconhecem logo que a família cujo chefe se encontra em cima da *tuaqueira* está envolvido em alguma questão familiar”. (Brígida Cruz, 2010). Brígida Cruz relata esse caso a partir das suas memórias quando esteve presa política nessa ilha.

Mapa territorial: Timor Leste-Indonésia



Disponível em < https://commons.wikimedia.org/wiki/Atlas_of_East_Timor > Acesso em 17 dez. 2017

Discorrendo sobre a tradição do pós-parto, no Timor, Buoro (2009), descreve que a gravidez e o parto são considerados algo quase secreto. A mãe, por exemplo, tem que ficar com o filho próximo ao fogo e reclusa por até 40 dias, segundo Maria Guerra. O fogo representa uma espécie de proteção. Depois do parto, Maria Guerra (2017) relata que a mulher não pode tocar em água fria: “eu não sei se todas as mulheres, né, mas é, pra mim foi ensinado assim”. Além do mais, somente podem tomar banho e ingerir água estando morna. A entrevistada me conta ainda que a mulher fica confinada no quarto, durante 40 dias e próxima ao fogo, “dia e noite, 40 dias”. Indaguei se o marido pode entrar, ela disse que sim, mas a mulher não pode sair: “tem medo do vento, tem medo de tudo, pra que essa criança não pode adoecer”.

Portanto, Maria Guerra relata que no pós-parto somente pode tomar água quente e ninguém sai sem casaco: “nunca tira o casaco do seu corpo, porque dizem os nossos antepassados que aqui tá tudo “buracado”, aí têm buracos que entram o vento, as coisas, é que podem prejudicar a saúde e a saúde do neném”. Maria Guerra também me fala sobre os remédios tradicionais com que tomam banho: “então a gente só tem os remédios tradicionais, essas plantas aqui pra poder ferver pra dá banho até 40 dias”. E acrescenta: “não tem remédio pra gente poder tomar, a gente só toma banho com essas plantas”. A entrevistada relata ainda que, durante esse período, a mulher não pode cozinhar, pegar em água fria, lavar roupa ou ter relações sexuais com o marido, somente depois dos 40 dias, ou seja, 40 dias sem trabalho doméstico. Martins (2006) ressalta que o fato das famílias serem muito numerosas, verdadeiros clãs familiares, ou linhagens, exige um planejamento familiar; de acordo com Amarante (2010) com base nesse argumento, reforça que a falta de planejamento impede o desenvolvimento do país.

Com relação ao profissional, segundo Adalgisa (2009, p.20) “muitos homens de Timor Leste lembram as mulheres que podem trabalhar, mas que não devem esquecer o trabalho doméstico também”, resultando assim numa dupla jornada de trabalho. Amarante (2010) reforça que não é fácil essa mudança de mentalidade, ainda mais quando vai de encontro a crenças percebidas como velhas tradições.

A pesquisadora também ressalta a importância do rádio no país, sendo este um aliado da população timorense, muito apreciado devido ao grande número de analfabetos, sobretudo a população mais idosa. Isso me fez lembrar o filme *Moolaade* (2004), que, apesar de retratar um outro contexto, trago como exemplo específico. Mas, enfim, o filme é dirigido pelo cineasta Ousmane Sembéne e se passa numa aldeia africana. Há uma cena do filme em que todos os rádios das mulheres são confiscados e queimados pelos homens numa grande fogueira, mostrando a dominação masculina em detrimento da feminina, numa tentativa de controle da mente das mulheres. Isso também demonstra que a luta das mulheres (em diferentes contextos) foi e será uma luta de resistências, um passo a passo que se segue até os dias atuais, para mim, portanto, gênero também é resistência.

Retomando o texto de Amarante (2010), a autora destaca a “missão comunicativa das radialistas timorenses”. Para Filomena (2006), a rádio cura, serve como alento e forma de esquecer as tribulações da vida. O que faz de novo uma relação com o filme de Ousmane Sembéne, pois quando os seus rádios são queimados e confiscados, elas ficam desoladas, porque aquele era o único lazer e entretenimento que tinham. Mas para aqueles homens o conhecimento (informação) das mulheres seria perigoso.

Numa passagem de seu texto, Amarante (2010, p.8-9) escreve algo muito expressivo do cotidiano das timorenses: “seguem tecendo *táis*, esteiras, trabalhando na lavoura, em casa, vendendo produtos da terra e outras mercadorias nas feiras livres, contribuindo para o sustento de suas famílias”. Maria Quitéria, outra de minhas entrevistadas revela que, em sua cidade *Suai*, “a maioria trabalha na horta”. E só quem vive na cidade é quem tem um certo “conhecimento”, ou seja, uma certa instrução, afirma ela.

No que concerne à mulher negra na sociedade brasileira, Gonzales (1984), considerada uma das pioneiras do feminismo negro no Brasil, defende que o racismo e o sexismo estão, de certa forma, articulados na sociedade brasileira. Segundo Gonzales (1984), a articulação do racismo com o sexismo “produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (p.2). Sua obra gira em torno das noções de mulata, doméstica e mãe preta, e como estes estereótipos se refletem até os dias atuais. Num evento realizado no exterior (Simpósio realizado em Los Angeles (UCLA) em maio de 79), Gonzales (1979)

fala da “dupla imagem da mulher negra de hoje: mulata e doméstica”, emergindo também a noção de “mãe preta”. Esta passa a questionar também os discursos sociais em torno da mulher negra, somente, descritos sob uma ótica socioeconômica. Ela propõe que as (os) oprimidas (os) falem, chega de outros falarem por nós, como se não tivéssemos vós, e ressalta que “temos sido falados, infantilizados”, como se fossemos analfabetos. Sabendo-se que racismo e gênero estão sempre relacionados, “as pessoas acham que racismo é algo natural, ou que “é coisa de americano”, diz ela, e que, portanto, isso não existiria no Brasil.

Ao discorrer sobre a condição da mulher negra, a pesquisadora ressalta ainda que a “mulher negra, naturalmente é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta”. (p.4) Para a autora, o mito da “democracia racial” é reforçado ainda mais no carnaval. Percebo também que há uma contradição por detrás disso, ao mesmo tempo em que se exalta a mulata, a passista, se explora sua imagem, seu corpo, numa espécie de “turismo sexual”, como disse Ângela Davis (2011) extraindo assim seu conteúdo, matéria. Acrescenta Gonzalez (1984) que “como todo mito, o da “democracia racial” oculta algo para além daquilo que mostra” (p.6) isto é, por detrás desse endeusamento folclórico e carnavalesco da mulata, quando cai o véu, fica apenas a empregada doméstica, a discriminada; a autora define isso de violência simbólica.

Doméstica então seria o lado oposto da exaltação. Exatamente como me relatou Maria Moura (2017), quando fala sobre os homens da instituição UNILAB-CE que “paqueram” tanto as estudantes “brancas” quanto as estudantes negras, expõe que a mulher branca não aparece como globeleza nua no carnaval, desde o Brasil colônia a mulher branca é para casar e a mulher negra é vista como um objeto sexual, a amante: “os homens dão em cima de mulheres brancas e negras (na universidade), mas é a mulher negra que é o objeto sexual, a gente pode ver isso como no símbolo do carnaval, na globeleza, por exemplo, uma mulher branca seria ridícula fazendo a globeleza, a rainha do carnaval, uma mulher nua, mas a mulher negra é um símbolo sexual altamente apropriado pra se dançar nua, pra servir de objeto, porque desde a colonização que é assim, as mulheres brancas são as pra casar, né, e

a mulher negra é o objeto sexual, a amante, por assim dizer”. (Maria Moura, 2017).

Gonzalez (1984) destaca a função da escrava tanto no sistema reprodutivo quanto no sexual. A autora constata então que a origem dos outros conceitos de mulata e doméstica surgiu “a partir da figura da mucama”. Ao questionar determinado autor, destaca ela que a mulher negra e seus familiares lhes são negados “o estatuto de sujeito humano”. Tratados sempre como objetos, ou “até mesmo como objeto de saber”. Fazendo uso dos argumentos de Hahner e Heleieth, discorre que a mucama “permitida” e a empregada doméstica só fizeram “cutucar” a culpabilidade branca, mas que “continua sendo a mucama com todas as letras”.

4 NORMAS, SEXUALIDADES E VIOLÊNCIA

Neste capítulo, discorreremos inicialmente sobre as normas de gênero impostas pela sociedade. Utilizaremos trechos de relatos das entrevistadas na exemplificação de algumas passagens, no intuito de melhor compreender como determinados padrões são fixados no contexto das sociedades brasileiras e timorenses. Na sequência, tentaremos traçar um perfil das sexualidades dissidentes, entendendo que os mesmos preconceitos que recaem sobre as mulheres tendem a afetar de formas diversas os LGBTQ, e também os homens héteros. No último tópico, abordaremos questões referentes a violência doméstica, tais questões serão traçadas através de relatos de uma professora timorense que vivenciou essa experiência em seu país e de uma entrevista com a coordenadora do CREAS de Redenção-CE e sua experiência nessa área de atuação, com destaque para as dificuldades e perspectivas projetadas.

4.1 Normas de Gênero

Percebo ser relevante, neste momento, escrever e destacar um “desabafo”; de certa forma, algo que todas as mulheres já pensaram a respeito ou vivenciaram em suas vidas e puderam comprovar. Esse “desabafo” muito me entusiasmou na escolha do tema, pois ouvi muito a respeito no estado do Ceará. De início, é notório apontar o quanto a mulher ainda é cobrada e vigiada socialmente, até mesmo diante de situações simples e específicas como sentar-se, vestir-se, andar e falar. A tudo ela precisa estar atenta, pois é cobrada tanto no social, quanto no ambiente familiar, profissional e acadêmico, etc. Segue muitas vezes a uma norma social brutal e cruel, que disciplina, sufoca, discrimina, oprime e deprime. Os olhares da sociedade estão a todo momento voltadas para ela, como uma segunda sombra, moldando-a, reprimindo-a e sufocando-a. Portanto, como me relatou uma das entrevistadas, Maria Moura (2017) “a sociedade quer uma mulher bonita” e “a mulher ainda é vista pela sexualidade dela” (Maria Moura, 2017). Sendo assim, a sociedade deseja um determinado perfil (padronizado) de mulher, como expressa a entrevistada, ou seja, impecavelmente maquiada, cabelos, unhas, sobrancelhas, bem vestida, deseja uma mulher “perfeita”, “ideal”. “Mulher usa

muita roupa”, foi o desabafo de uma de nossas entrevistadas (Maria Moura, 2017). Toda essa cobrança social faz com que o estresse faça parte do cotidiano das mulheres brasileiras e de outras tantas nacionalidades, sobretudo, no ambiente familiar e profissional.

Muitas mulheres passam horas de salto, sobretudo no ambiente profissional. Estas são ainda mais cobradas quando estão “acima do peso”, isso tudo motivadas pela mídia e o mundo da moda, que propagam um modelo de corpo feminino ideal, (embora, como critica a isso, existam as modelos *Plus size*), só para estarem bonitas e agradarem uma sociedade que é composta de normas e regras rígidas, formais, machistas, sexistas e excludentes.

Muitas mulheres negras, por sua vez, se sujeitam a processos de alisamento capilar, o modelo europeu, por serem vítimas do preconceito, discriminação tanto no social quanto no profissional. É bem o que nos descreve Bell Hooks (1995), as mulheres negras têm essa baixa autoestima de que, se não alisarem o cabelo, serão rejeitadas tanto no social, profissional, quanto no afetivo; claro que, de início, para Bell Hooks (1995), o alisar o cabelo tinha outro significado, como o da transição da fase de menina para mulher. Um exemplo também notório são as estudantes africanas da UNILAB-CE que fazem no cabelo uma verdadeira obra de arte, encorajaram algumas brasileiras a assumirem seus cachos, embora se possa perceber entre algumas africanas o uso de perucas europeizadas, deixando entrever que esse eurocentrismo ainda está presente em muitas sociedades que passaram por processos de colonização europeia.

Até mesmo numa entrevista de emprego, se a mulher não estiver devidamente trajada, maquiada, e “sem excessos”, ela não é contratada. É como nos expõe Gonzales (1984), quando afirma que as empresas prezam pela “boa aparência”, e essa boa aparência significa ser branca, ter cabelo liso, estar bem trajada, o que já traz em si uma exclusão e uma oportunidade de entrada para o preconceito e discriminações e, sobretudo, o desemprego de mulheres negras em massa. Portanto, a mulher, sobretudo a mulher negra e pobre, a moradora da favela, é vigiada em todas as esferas sociais e praticamente forçada a seguir uma linha reta de normas de gênero e de estética que sufoca, deprime, disciplina, discrimina e desemprega.

Quando o quesito é traição, por exemplo, se um homem trai, é “normal”, ele é o “garanhão”, já a mulher é praticamente apedrejada pela sociedade e muitas vezes ameaçada de morte tanto pelo marido, quanto pela família deste, é desvalorizada, “perde a honra”, no sentido de que a traição masculina parece ser mais aceitável. O mesmo acontece se homens se relacionam com várias mulheres, é visto como algo “normal”; já a mulher, não, é o ápice da perdição, pois uma mulher sexualmente ativa e tendo outros parceiros parece ser inaceitável na sociedade brasileira. Se ela está trajando uma roupa curta e com decote, é logo taxada de rapariga, “mulher direita não anda assim”, propagam os discursos. Isso acontece porque a mulher ainda é caracterizada pela sua roupa, pelo seu decote, *short* curto, pelo batom forte na boca, prova do pecado? Portanto, os machistas, os patriarcas, e a própria sociedade conservadora, têm inerente em si essa incrível capacidade para naturalizar, fixar e padronizar os conceitos de ser homem ou mulher, sobretudo quando nos referimos à estereótipos sociais, de gênero e de comportamentos.

Nesse sentido, se a mulher tem pelos, é vista como suja, “sebosa”, desleixada; já o homem, “é lindo”, desabafa uma das entrevistadas (Maria Moura, 2017). Se este é careca, ou tem o cabelo grisalho, é charmoso; já a mulher, não parece ser; se tem tatuagem é malandra, maconheira; ainda mais acentuado é o preconceito se esta for pobre, negra e da periferia. A tatuagem parece ser mais aceitável nelas (as brasileiras) se for artista, cantora, de classe média, ou classe média alta e bem estabelecida profissionalmente.

É basicamente o que confirma Ângela Davis (2011), quando diz que as mulheres negras de classe média teriam certos “privilégios” e só serão reconhecidas se ascenderem socialmente.

Em outro contexto, por exemplo, se as mulheres começam a falar de política e de futebol num grupo de homens, estes, na grande maioria das vezes, começam a olhar diferente, já ensaiando uma tentativa de exclusão. Se esta é vista como a “chefe da casa”, que manda e resolve tudo, dentro e fora do lar, é taxada de “mulher-homem”, e o marido de “barriga branca”, ou “o mandado por mulher”, como se o homem nunca pudesse ser sustentado por uma mulher porque normalmente esse papel parecem ser deles. Percebo alguns casos de homens que fazem tarefas domésticas, como lavar roupas, louça, cozinhar, cuidar dos filhos, da casa, enquanto a esposa trabalha, muitas

vezes fora, como empregada doméstica, agente de saúde, professora etc. (em ambientes que muitas vezes exploram e é estressante). Nesse caso, aos olhos da sociedade de países como o Brasil, que ainda é extremamente conservador, isso parece ferir a masculinidade, parece ser “anormal”, anti- masculino. “Isso não é serviço pra homem”, propagam as insistentes vozes do conservadorismo.

Causa um certo estranhamento quando a mulher é observada ocupando profissões exclusivamente masculinas, como guarda de trânsito, policial, delegada, *moto-girl*, engenheira, pedreira, reitora, presidenta da república, etc. Isso também prova o quanto as mulheres ainda são minorias dentro da política brasileira, segundo o IBGE (2013), apesar das mulheres serem a maioria da população, 51,3%, elas representam apenas 9,5% no Congresso Nacional, o que é uma porcentagem alarmante e desproporcional. Michelle Perrot, percebe o espaço da política para as mulheres como uma cidade proibida, e expressa que “a política, por muito tempo, foi uma fortaleza proibida”. (Perrot, p.146). Os homens também têm um certo receio de se relacionarem com mulheres empoderadas pelo simples argumento frágil e machista de que quem toma a decisão de comando, quem resolve tudo, quem dá a última palavra, quem é o chefe da casa e sustenta o lar financeiramente é o homem e não a mulher, a esta fica sendo relegado o papel de “passividade” na relação e nas decisões. Como se o simples fato dela decidir, sustentar e comandar o lar estivesse exercendo um papel que não é o seu na relação e no social e, portanto, “antinatural” ou não feminino.

Se elas fazem uso de bebidas alcoólicas, são ainda mais desvalorizadas; já para o homem, o uso de bebidas alcoólicas é algo “normal”. Além disso, se a mulher usa vestidos longos (dependendo do vestido) ou saia abaixo do joelho, é vista como evangélica. Se tinge o cabelo de coloração loiro ou vermelho, é chamada ou vista como “puta” ou “rapariga”. Se é lésbica (não necessariamente), é considerada como a “macho- fêmea”, ou “sapatão”. É uma criatividade com os adjetivos fora do normal. A sociedade brasileira, por conseguinte, exige e parece pretender moldar à força nossos comportamentos, vestimentas, e fugir desses padrões poderá acarretar uma punição ou rejeição social, familiar e profissional.

Esta sociedade deseja utopicamente conceber uma mulher perfeita, ideal, bonita, delicada e não “masculina”, pretende uma mulher submissa e não ocupando altos cargos, que ainda são estritamente masculinos. Percebo também que muitas vezes para uma mulher ser aceita e ouvida num determinado meio social ela precise se impor como homem. Perrot (2007) expressa algo semelhante “tudo se complica quando ousam agir como homens” (p.146). Principalmente quando tentam ocupar espaços convencionalmente masculinos como na política.

Desse modo, esta mesma sociedade cobrará, inclusive, caso esta não queira, por algum motivo específico, ser mãe. Maria Guerra, ao citar o contexto do Timor, fala, em uma de nossas conversas, que em “Timor não existe isso, casou é pra ter filhos”, afirma. Já a sociedade brasileira parece almejar, portanto, uma mulher hétero, que seja mãe (pelo menos aos 30 anos), submissa, discreta, reservada e, sobretudo, dona de casa, ou escrava do lar. Essa problemática, porém, suponho estar mudando, pois, muitas mulheres já estão conscientes de que o seu lugar já não é mais na cozinha, mas onde elas quiserem, como, por exemplo, em um ensino superior, ou em um trabalho estável, bem-sucedidas e empoderadas. O cuidar dos filhos já não pode ser mais responsabilidade apenas da mãe, mas dos dois (pai e mãe), em um “comum acordo”, como nos aponta Maria Vera uma de nossas entrevistadas.

Maria Guerra, do Timor Leste, expressa que “os preconceitos existentes aqui, contra as mulheres timorenses, é que muitas das vezes as pessoas dizem que as mulheres timorenses não sabem nada, não sabe dirigir o carro, como você está escrevendo pra mim, não sabe cozinhar, não sabe fazer nada, não sabe ficar em instituições, pra poder trabalhar, as mulheres só podem trabalhar dentro da cozinha, as mulheres só podem trabalhar na roça, tudo isso. Mas hoje em dia, a mudança, desde 2011, até hoje, 2017, as mulheres timorenses já têm esse poder de trabalhar também, as mulheres timorenses já tem esse poder de dirigir o carro, as mulheres timorenses já tem o poder de fazer qualquer coisa, então, essa mudança, eu acho que é muito bom, pras mulheres timorenses também. O que elas aprenderam nas suas vidas faz com que elas também possam crescer, pouco a pouco nas suas vivências. Mas ainda falta uma coisa que as mulheres timorenses ainda são muito fechados,

“tapados”, porque não sabem conviver, essa é a pior coisa”. (Maria Guerra, 2017).

4.2 Sexualidades dissidentes

Os preconceitos que afetam as mulheres parecem afetar de formas diversas os LGBTQ, e héteros também, em que estes têm que falar grosso, “não dispensar mulher”, se não será mal visto, e nem realizar tarefas de casa, porque “pega mal”, dizem os machistas. O homem então tem que andar firme, reto, não pode “rebolar”. Esse “rebolar”, me fez lembrar o que narra Buther, em uma entrevista⁴. Relata que alguns jovens arremessaram um rapaz de uma ponte, somente porque este “rebolava”, e a filósofa passa a se questionar porque as pessoas se incomodam tanto com um simples jeito de andar de alguém, que espécie de liberdade seria essa que nós temos? Será que nossa liberdade tem um limite e uma norma de gênero a ser seguida? Questiona Buther. Talvez seja essa “hétero normatividade compulsória” tão falada atualmente.

Sendo assim, essa cobrança social afeta também marcadamente muitos homens, eles têm que ter pelos, não podem se depilar, fazer sobrancelhas, as unhas, embora saibamos que, nesse âmbito, mudanças estão ocorrendo, pois, alguns brasileiros se tornaram mais vaidosos; pelo que pude constatar, forjaram até um conceito especialmente para isso, o Metrossexual, o homem dos tempos modernos? Maria Moura, em nossa entrevista, nos conta sobre esses estereótipos de gênero: “basicamente é aquela classificação binária entre homem e mulher, né, se for afeminado você classifica como gay, se for masculinizada, você classifica como lésbica, né, basicamente é isso, né, é quando você tem uma aparência “cisgênero”, por assim dizer, entre aspas, é, mesmo você tendo a sexualidade LGBT, você não é identificado assim” (Maria Moura, 2017). Desse modo, a única unanimidade nisso tudo é que homens e mulheres devem seguir uma “hétero normatividade compulsória”, pois quem burla as regras, é agredido tanto por olhares maldosos e extremamente

⁴ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=R64fGggTNWw>> Acesso em 17 dez. 2017

preconceituosos, como por palavras ofensivas, ou simplesmente tem o desprezo da família e a rejeição social.

Desse modo, ir contra o social, as regras, as normas de gênero é um desafio, para a identidade do sujeito, ou orientação sexual e se submeter a essa pressão social é morrer um pouco por dentro a cada dia. Sabemos que não é fácil desvincular-se desses discursos, arcaicos, machistas, classistas, racistas e sexistas, pois é algo que ouvimos constantemente, que repetimos, muitas vezes, mesmo sem querer. O machismo está em nós, não como algo inato, mas como uma construção social, um processo que deve ser desconstruído ou ao menos ser controlado, porque senão ele terá controle sobre nós. Portanto, todos esses estereótipos auxiliaram de alguma forma na minha concepção e percepção crítica de gênero, no ato de se policiar e ser mais cuidadoso em público com as palavras. Porque, assim como disse Edward Said, “conhecimento é poder”. Complemento ainda que ignorância é um grande problema social

Teoricamente, todos esses discursos sociais, ou seja, estereótipos de gênero construídos socialmente, que tanto causam desigualdades entre homens e mulheres, e, sobretudo, ao sexo feminino, de forma mais acentuada nas mulheres negras, foi e é discutido por diferentes autoras (es), dentre eles Stain. Segundo este teórico, “aprende-se a ser homem ou mulher e essa aprendizagem fica impressa nas camadas mais profundas da personalidade”. (STAIN, 2000, p.1). O autor, ao meu ver, percebe gênero como uma construção social inerente do ser humano, ou seja, de forma fixa e imutável, o que reforça ainda mais esse velho binarismo entre homens e mulheres.

Particularmente, concordo em parte com Judith Butler (2003), que define gênero como algo transitório, fluido e não fixo e imutável, mas que em algum momento da vida do indivíduo essa identidade precise ser definida mesmo que provisória. Por conseguinte, com relação a concepção de Stain (2000), não necessariamente aprende-se a ser homem ou mulher e, com relação à gays, lésbicas e trans, ou seja, as sexualidades transgressoras ou dissidentes, essa aprendizagem também funciona? Para mim, essas categorias de ser homem ou mulher são invenções sociais que, por sinal, impõem certos limites, barreiras à construção de nossa própria identidade de gênero e orientação sexual. São, além do mais, padronizadas e normativas, pois ser

homem ou mulher pode limitar e (às vezes) constranger nossa percepção e legítima personalidade. O fato de você ser cisgênero não significa que você seja hetéro, o mesmo pode suceder com a categoria de mulher, portanto isso é muito relativo. Além do mais, penso particularmente que o ser “representado” por esse conceito de “homem”/ “mulher” é limitador, nos fixa de uma tal forma que é quase impossível se movimentar em seu interior. Além do mais, trabalhar com gênero é adentrar num mundo complexo, desafiador, que desperta o fascínio, a curiosidade, e requer uma certa atenção com as palavras.

4.3 Violência Doméstica

Galvão e Andrade (2004) destacam que “a violência se constitui em um dos mecanismos de dominação do homem sobre a mulher, legitimado por instituições como a família e o casamento” (GALVÃO & ANDRADE, 2004, p.91). Para outras autoras, visões estereotipadas e sexistas a respeito da mulher irão desempenhar importante papel na ocorrência de atitudes de abuso e violência (FUENTES E COL, 2008).

A professora e estudante timorense da UNILAB-CE, Brígida Cruz, 56 anos, passou por essa dura experiência da violência doméstica. Naquela época, relata não haver nenhuma medida preventiva nesse quesito, como a lei Maria da Penha, criada no Brasil em 2003. Apesar disso, a professora timorense, com muita coragem e ousadia, conduz seu marido aos tribunais, mas em vão, pois, nenhuma punição poderia ser feita, pelo fato da violência doméstica ainda não ser criminalizada na legislação naquela época. É o que afirma Simião (2006), ao relatar que esse conceito de violência doméstica é recente no Timor. Penso que a categoria pode ser algo “novo” no país, mas na pele das mulheres timorenses, vítimas de tal violência, já existia a muito tempo. Brígida Cruz destaca que “sofria muito na violência doméstica e nos preconceitos familiares”. Quando questionada se houve o divórcio, Brígida Cruz responde que não separou porque a família e a lei não permitiam. Acrescenta também que “a igreja, a casa sagrada não permite!” A estudante revela ainda que, no Timor, quando há a separação do casal, quem fica com os filhos é o pai, não a mãe, e assim o homem irá constituir uma nova família com seus

filhos. Mas quando não há o divórcio e apenas a separação do casal, a primeira esposa é a que detém mais direitos com relação a outra.

Simião (2004), ao discorrer sobre essa temática, aponta que, de acordo com a polícia federal de Timor Teste (PNTL), os casos de violência doméstica entre 2001 e o ano seguinte dobrou de 8% para 15%. Para a polícia e as organizações de mulheres em Timor, essas queixas não condizem com a realidade, pois a maioria dos conflitos de violência contra a mulher são resolvidos por meios tradicionais; e o *lia na' in*, é “o operador da justiça tradicional”.

O IRC (international Rescue Committee) faz críticas a essa resolução tradicional. A justiça do Estado faz uso de apenas duas categorias “fixas e opostas”, como vítima e agressor; já a justiça tradicional do Timor, faz uso de pelo menos quatro categorias: agredido, agressor, vítima e culpado. Assim se expressa Simião (2004, p.4) com relação a isso: “a depender do histórico do relacionamento entre as partes, o culpado pode ser o agredido”. Reforça, ademais, o teórico: “aquele que for responsável pelo rompimento desta ordem, e que pode ter, com isso, levado alguém a uma reação violenta é quem será considerado culpado”.

Expondo o que considero outro tipo de violência, segundo Barros (1995) - quando cita um exemplo na TV (de um programa sobre culinária) - a mulher negra, a cozinheira ocupa um papel secundário. A apresentadora era uma mulher branca, “em contraposição uma jovem negra participava da cena no mais completo mutismo”. (BARROS, 1995, p.1). Isso mostra o quanto a mulher negra ainda é vista por esse estereótipo de apenas ser uma boa cozinheira e não ter, digamos assim, “capacidade”, nem sequer para falar daquilo que faz de melhor. Chamando a atenção para a invisibilidade de muitas mulheres negras.

No caso do Brasil, mais especificamente em Redenção-CE, entrevistei Rita Simões. Ela é coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência social (CREAS) e fez parte do Centro de Referência da Mulher (CRM). Rita Simões é pioneira ao criar o primeiro conselho das mulheres por volta de 2007. Perguntei quantos casos de violência contra a mulher foram registrados no ano 2017 ou por mês, me relata que esses dados ainda não foram contabilizados, mas faz uma aproximação de que sejam 15 a 17 casos

entre os meses de outubro/ novembro. Na maioria dos casos, são mulheres casadas, afirma ela. Os motivos mais recorrentes dessa violência são: “não aceitar a separação e ciúmes”. Sublinha ela: “90% dos casos é o ciúme”. A faixa etária dessas mulheres está entre 20 a 32 anos. Para ela, o motivo de agirem dessa forma é que tem atitudes de psicopatas, doentes, “trata a mulher como um objeto”, desabafa.

Diria até que veem a mulher como uma propriedade privada, e que a perda desse “bem” seria a sua perda também. Acredito que esses homens também têm baixa auto-estima. Além do mais, penso que o que mais vitimiza mulheres no Brasil é essa cultura estrutural do machismo, o descaso dos órgãos públicos e, sobretudo, o pronome possessivo “minha”.

As perguntas que se seguiram foram qual a classe social dessas mulheres. “São de classe baixa e, raramente, alta”, afirma. Certamente a violência não escolhe raça, classe e nem gênero. Agrega a isso também que estas, em termos raciais, são pardas, “negras”, diz ela. Rita Simões, no decorrer da entrevista, também cita os diversos tipos de violência contra a mulher, a física, psicológica e a patrimonial, que é quando o agressor se apossa de algo material da mulher, como, por exemplo, o celular. Outro tipo de violência citada, que me chocou bastante, é a violência de mutilação da genitália feminina, foram registrados dois casos na zona rural, em Redenção-CE. Esse tipo de violência “tá dentro da sexual”, diz Rita Simões. A coordenadora não pode me fornecer maiores detalhes, pois um dos casos encontra-se em sigilo e ainda está tramitando na justiça.

A coordenadora do CREAS fez ainda uma espécie de pirâmide da violência contra as mulheres em Redenção-CE e proximidades: primeiro a cidade de Antônio Diogo; segundo, zona rural; e terceiro, a cidade de Redenção-CE. Destaca ainda que os maiores desafios é a “igualdade” de gênero. Sublinha que muitas vezes a mulher não deixa o seu agressor porque depende dele financeiramente e para o sustento dos filhos. Rita Simões expressa: “eu acho que metade delas volta pra eles”. Conclui que temos que “abraçar a causa” das mulheres e “tem que haver um trabalho com o homem, tem que haver essa conscientização”, porque o desafio maior é “sensibilizar os órgãos e principalmente os homens”. (Rita Simões, 2017). Portanto, as mulheres redencionistas estão numa situação de extrema vulnerabilidade

social, pois na cidade não tem nenhuma delegacia especializada em defesa da mulher, o antigo CRM não existe mais, só existe no município o sobrecarregado CREAS.

5 HISTÓRIAS DE VIDA: RELATOS DE TIMORENSES E BRASILEIRAS

Neste capítulo, pretendemos privilegiar as vozes femininas de brasileiras e timorenses, debatendo os diferentes temas e problemáticas que o conceito de gênero poderá nos trazer, com as concepções de cada estudante, papéis sociais desempenhados dentro do seu contexto social, no qual esteve inserida (timorenses) e no ambiente acadêmico. Levando também em consideração se já sofreram ou vivenciaram alguma forma de opressão ou de violência. Pretendemos indagar também as formas das desigualdades de oportunidades no campo e na cidade, conforme a experiência das entrevistadas- coautoras também desta pesquisa. Fazendo uso da ética profissional, e respeitando a integridade e o anonimato das entrevistadas, foram criados nomes fictícios para cada uma delas: Maria Guerra, Maria Moura, Maria Quitéria, Maria Vera. A inicial Maria, presente em todos os nomes, nos remete à mulher forte, que luta e toma para si a educação dos filhos, mas que também estuda, guerreia e sonha com tempos novos, como tantas brasileiras e timorenses. São as várias “Marias” com quem convivemos diariamente, e que são capazes de transformar a história de nações inteiras.

5.1 Coautora 01: Maria Guerra

A primeira das entrevistadas é quase uma mãe, talvez pelo convívio marcante que tivemos. Casou-se aos 18 anos, está hoje com 35 anos de casamento, concebeu 6 filhos; destes, um faleceu, o mais velho. Mora em “Liquiça”, e suas etnias são “manbai” e “tocodeti”. Chamarei esta coautora de Maria Guerra para preservar sua identidade. Convivo com Maria Guerra numa casa onde residem somente estudantes, há aproximadamente 2 anos. Lembrome de que, quando cheguei em Redenção-CE, ela foi muito acolhedora, deu luz nova à casa. Vendo-a assim, tão alegre e cheia de vida, nem se imagina que Maria Guerra tenha vivenciado a dura realidade da guerrilha, com apenas 12-13 anos de idade; pois, quando a Indonésia invadiu Timor-Leste, patrocinado pelos EUA, Maria Guerra, junto com sua família e irmãos, passaram 3 anos no mato, escondidos e expostos ao frio, fome e sede, constantes e frequentes companheiros dos tempos de guerra. Comenta que

sempre ouvira sua avó falar da Grande Guerra, mas nunca pensou vivenciá-la. Relatou-me também, em uma de nossas conversas, que o mais difícil foi ter que deixar tudo, a casa, uma vida inteira para trás. O que mais impressiona é que Maria Guerra não é “dura”, rígida ou revoltada, mas sim alegre, amável, acolhedora, hospitaleira, humilde, e está sempre disposta a aprender, “vamos experimentar”, diz ela, com um largo sorriso no rosto.

Todo esse tempo longe de casa, no mato, exposta às intempéries, relata que se proviam com o que tinham, experimentaram tipos diversificados de folhas, o que a natureza tinha a oferecer. Ela ainda ressalta que “tudo é comida”, se os animais comem essas folhas e não morrem, nós seres humanos também não morreremos por comê-las. E tudo isso ela levou para a vida, ou seja, para a cozinha, aderiu a sua culinária novos temperos e sabores, como folhas e flores de mamão, folhas jovens de macaxeira. Agregam-se também em sua culinária a pimenta, verduras, inhame, macaxeira etc., sem mencionar os seus famosos pães caseiros e seu bolo timorense para casamento, que fica conservado por até 5 anos (talvez pelo uso do vinho como um dos ingredientes).

Portanto, Maria Guerra é uma exímia cozinheira, com sensibilidade e amor no ato de cozinhar. Lembro-me de algo muito jocoso: quando Maria Guerra estava um pouco sobrecarregada, ou estressada das tarefas da casa, ou da universidade, começava a fazer bolos e mais bolos...

Vale destacar que essa tradição de comer folhas exóticas vem da Indonésia, diz ela. Eles apenas aderiram a essa cultura, sobretudo nos tempos de guerra, onde os alimentos eram escassos. Confesso que levei um tempo para me acostumar com essa culinária tão excêntrica. O que mais relutei para comer foi a pimenta, as folhas de mamão que, por sinal, amargam muito e seu arroz sem sal, feito somente com água. Maria Guerra me falava sorrindo que “isso é saúde”. Alguns de seus ditados mais usuais são: “deixa pra lá”, “tá bom qui só”, “calma, calma!” “intorna!”.

Em relação às comidas típicas de Timor, cita: inhame, o milho, “a banana cozido”, macaxeira, contas, batata doce. Sobre as frutas, aponta que quase todas do Brasil existem no Timor, somente acerola e mangajá não tem em Timor. Algumas curiosidades é que, segundo Maria Guerra, no Timor não existem redes como no Ceará e as casas são quase todas feitas de zinco.

Maria Guerra, quando regressou a seu país, em outubro de 2017, levou em sua mala rede e armadores, juntamente com algumas lembranças do Ceará.

A primeira coisa que faz pela manhã, por volta das 5h:30min para as 7h:00min, são suas orações, e avisa logo previamente que, antes de suas orações, não a incomodem, quem chegar procurando-a, pede para que nós recebamos e que a pessoa espere até o término de suas orações. Maria Guerra foi professora e lecionou na guerra, na emergência que aquela situação pedia, usando apenas o carvão como lápis e a casca branca do bambu como papel. Aqui no Brasil, próximo de concluir seus estudos, recebeu a difícil notícia da morte de seu marido. A situação financeira, polícia federal, burocracia, impediram-na de ter ido visitá-lo. Como consequência disso, foi muito julgada por familiares. Contudo, Maria Guerra parecia estar já preparada por algo divino, para mais essa provação da vida. Em tempos de guerra, Maria Guerra chama-se “Bissareak”. Não por acaso esta frase me vem à memória.

Maria Guerra, como já foi dito anteriormente, é timorense, tem 54 anos, perdeu também seus pais na guerra, ficando ainda criança, órfã de pai e mãe. Vale destacar que Maria Guerra, curiosamente, completou ano no dia da sua colação de grau. É do curso de CNeM e está há 6 anos na UNILAB, desde 2011. A entrevista foi feita na casa de estudantes.

A primeira pergunta é *como se identifica em termos raciais*, a entrevistada se auto definiu como parda. Ressalto ainda que de início possibilitei que ela se auto identificasse, sem dar opções do tipo branca, parda, negra, etc. Em seguida, fiz a seguinte pergunta: *o que se espera da mulher timorense*, no caso, suas perspectivas? “Se espera que a mulher timorense também tenha aquela mesma oportunidade, aquela mesma liberdade que os homens têm, né, e isso que a gente está lutando muito para que as mulheres timorenses, também elas possam ter a dignidade no meio social, também no seu privado e na sua vida inteira, onde quer que ela esteja”. Indaguei se *há essa liberdade e oportunidades no Timor, no que diz respeito às mulheres*: “Oportunidade tem, só que as vezes é oprimida, as vezes é, por exemplo, dizem que as mulheres não têm direito de falar, não tem direito de nada, né? Então essas mulheres ficam presas, enquanto elas ficam presas, elas não têm nenhuma voz ativa pra poder falar”. Também me relatou tipos de violência física e moral sofridas por algumas mulheres no Timor e citou um exemplo de

que as mulheres comprometidas não podem conversar com outros homens ou com amigos, a não ser o marido. Segundo ela, “tudo isso já é preconceito, ou uma coisa ofensiva para as mulheres”.

Já *sobre algumas divisões de papéis sociais padronizadas entre homens e mulheres*, me relatou que “se tiver uma coisa que a gente possa contribuir para trabalhar juntos, eu acho que isso é pertinente pra todos”. A entrevistada afirma que sim, percebe essa divisão de papéis sociais em seu país e acresce que “nem todos os homens são iguais”, mas que há ainda um certo preconceito com relação aos homens que dividem tarefas domésticas com suas esposas, sobretudo por parte da família do marido: “você arrumou mulher pra quê”?

Sobre se já morou no campo, Maria Guerra relata que morou tanto no campo quanto na cidade. Peço que me fale um pouco de suas vivências no campo. Me conta um pouco dos tempos vividos na serra com os pais: “eu acho assim, quando eu vivi lá no campo com meus pais, eu achei uma coisa maravilhosa, porque eu não vejo a maldade”. Na cidade, disse que se encontra muita maldade, “a gente fica mais agitada”. Para ela, a diferença da cidade é que se precisa trabalhar para comprar tudo, e acrescenta: “tem que ter dinheiro para morar na cidade, porque no campo já tem quase tudo, só compra o que não se planta”. O motivo que a levou para a cidade foi o casamento, “seguir o marido”. Também ressalta a humildade e dignidade dos moradores do campo, relatando que os moradores da cidade supõem que os do campo não sabem de nada, mas, ao contrário, são pessoas sábias, humildes e dignas. Seus pais eram agricultores, moravam em casa de palha, depois seu pai começou a construir uma nova casa.

Em relação a desafios, afirma que “uma mulher tem que ter um pouco de estudo, não muito, pra poder entender como é a vida”. Sobre as mulheres que não desejam ter filhos, afirma: “Timor não existe!” Comenta ainda que, no Timor, quem casa é para ter filhos, a não ser as mulheres inférteis. Maria Guerra ainda graceja quando falo que no Brasil tem casos de mulheres que não desejam ter filhos, e diz: “não quer ter filhos e cria cachorros, olha que coisa, maldade, maldade!” *Sobre como deveria ser a mulher do futuro*: “uma mulher que tem vibração, uma mulher que tem assim... identidade, uma mulher que tem ideias, uma mulher que tem uma visão mais pra lá e não recuar pra trás”. Já com as jovens que abandonam os estudos e casam-se cedo, me

relata que isso acontece com frequência no Timor. *Se já sofreu algum tipo de violência*, afirma que sim, “muito, muito”. Com relação as ocupações e conciliar várias tarefas ao mesmo tempo, disse-me que trabalhou tanto em casa, como fora, com vendas de roupas, salgado, doces, pães, e foi também professora. Acrescenta ela: “então todo tipo de negócio que existe nesse mundo eu já provei tudo”.

Essa é sua primeira viagem a outro país? Já fez outras? Disse que fez sim, mas somente à passeio. Quando o assunto foi *sua concepção de gênero*, percebo que a entrevistada tem uma certa dificuldade (pouca familiaridade) com o tema, mas me relatou ter assistido uma palestra antes sobre gênero, “a gente pensa que gênero é só masculino e feminino, mas têm vários gêneros”. Ela diz ainda que sabe o que é, mas não sabe explicar, “a gente só confunde!” Logo em seguida, perguntei para ela *se considera gênero como sendo uma construção social*, sua resposta foi que sim, “com certeza! Se a mulher está no meio social, porque não”.

Contrastes entre Brasil e Timor. “Brasil tem mais competências, tem mais coisas inovadoras pra poder inserir na educação, enquanto Timor ainda tá naquela fase da construção”. Segundo ela, o clima é igual, tendo uma variação da comida, “variação de cozimento. Quando chego lá no Timor, já estou estranha da comida de lá. Mas tudo o que tem aqui temos lá, tá certo?” A próxima pergunta é *quem se opôs a sua vinda ao Brasil*, narra que, sobretudo, o marido. Sobre a família ser contra, diz ela: “eu não sei, pra família eu não me interesse não”. Acrescenta: “porque a família não tem nada a ver comigo”. E, além do mais: “eu acho que tem muita gente que falou contra, mas pra mim isso não me interessa, né, isso não me interessa, pra quem quiser falar contra de mim, isso não me interessa e não me compete também, né”? *Desigualdade nos salários*: sua resposta é não, “depende do nível do trabalho que a pessoa tem”. Seu salário é muito básico, só recebe 183 dólares, relata. *Desafios do mundo acadêmico*: “por exemplo, o TCC que a gente fez foi uma luta tão grande que a gente tá só na “peia” pra poder fazer o TCC. A gente tá só nas noites em claro, pra poder ficar pensando no tema, pensando o que que eu vou escrever, pensando como eu faço pra pesquisar e pra chegar além, pra chegar no fim, então tudo isso a gente fica numa luta, porque, se...uma coisa sem luta, eu acho que não vai dá sentido”.

Quando questionada *se gênero tem relação com outros conceitos*, percebo que a entrevistada encontra uma certa dificuldade com esta pergunta. Mas depois de uma explicação, esta responde: “eu acho que tem, porque não”. Quais? “a religião, a cultura, as etnias, é... as diferenças”. A próxima pergunta é *se esse era o curso que almejava*. Narra que de início não queria fazer biologia, preferia fazer a Língua Portuguesa.

Peço em seguida que me relate *qual a diferença da mulher timorense para a brasileira*: “as mulheres do Timor é mais fechada, entendeu, é, assim, eu acho que falta de convivência, ou falta de... assim, não é que não é falta de educação não; a educação, todos tem, mas... é aquela cultura que faz com que as mulheres não pode sobressair do que os homens. E as mulheres daqui, é.. elas têm mais vigor, dizemos assim, têm mais vida na sociedade, porque sabe conversar, sabe enfrentar as dificuldades”. Diz ainda que “a mulher (casada) resolve tudo dentro da família” e que é muito vigiada socialmente, até o ponto desta não poder conversar com outro homem a não ser o marido. *Diferença entre os homens de Brasil e Timor*: “eu acho que os homens são iguais, tem a mesma característica, tem assim... tem o mesmo defeito, tem aquelas coisas que os homens têm, eu acho que todo homem tem isso, não é só do Timor, não é só do Brasil”. segundo ela existem homens, agressivos, bons, ricos e pobres, “o que que existe aqui tem tudo lá”.

No decorrer da conversa, a entrevistada começa a falar da lei Maria da Penha: “Lá (Timor) é só bater e os pais não fala nada e a mulher não fala nada, porque não tem nenhuma lei pra proteger a mulher, é muito triste! ”. Pergunto *se é permitido a separação*: “pode separar, mas ninguém diz que separa”. Ela fala que o divórcio “é muito difícil, e o marido só persegue a mulher”.

A próxima pergunta é *se se sente bem como mulher*. “eu sinto bem porque assim... eu sou uma mulher livre e os meus pais me criaram também, eu sei o que é um abraço, eu sei o que é um beijo de uma pessoa pra outra, é.. então eu pensei assim, foi por isso que eu sou diferente de todas (as timorenses), não é não?”. Cito em seguida exemplos de mulheres que não se sentem bem como mulheres e então Maria Guerra revela: “eu também dantes eu pensava assim. Se eu seria homem, eu não atrapalhava tanto”, pensava ela. Cita o exemplo do homem poder sair sem camisa, já a mulher não: “Mas coitada da condição da mulher, você tem de fazer tudo, depois de tomar banho

“você tem que ficar com a porta fechada, ah, pra poder se arrumar, é complicado e o homem fica chateado, quando que tu termina?”. E ela, estressada, responde ao marido: “Vá lá você”. Pergunto se as mulheres timorenses são livres para fazer uso de qualquer tipo de roupa: “São livres”. Só pra missa não pode ir de *short*, não pode ir de vestido curto, não pode ir de calça comprida, você só vai de saia, blusa ou vestido, pras mulheres”.

Em relação à legalização do aborto, é contra, porque para ela é melhor não conceber do que abortar, “se você quer abortar, não é preciso fazer”. Reforça ainda que em seu país tem muitos casos de aborto. A última pergunta, e não menos importante, é *como constrói sua identidade de gênero*. Percebo que a entrevistada tem uma certa dificuldade na resposta e, depois de uma breve explicação, ela responde: “Se Deus me fez como mulher, eu agradeço como mulher”. Expressa que por mais que uma mulher queira ser homem, ou vice-versa, é impossível. Cito o exemplo, no Brasil, de uma artista, que retirou os seios, expressa ela: “e tu acha que isso ela não está contra Deus? Tá indo contra, tá indo contra”. Diz ela que, e quando ela morrer, e Deus perguntar pelos dois seios, “cadê esses dois seios”? Proferi ainda que “a gente só pensa nas coisas do mundo”, propõe então que se faça uma separação: “a ciência é a ciência, o que que tá no nosso corpo, o que Deus fez”. Pergunto se em Timor tem LGBT: “sim”. Com relação a esta pergunta a entrevistada foi mais direta e achamos melhor não aprofundar o assunto.

O próximo ponto é *quais suas experiências de viagem*: “a experiência da ‘migração’ foi ótimo, porque através da...através da ‘migração’ eu podia aprender mais novas vivências, novas culturas... e tudo que eu não sabia dantes aprendi a viver, aprendi a conhecer novas línguas, então tudo isso me fez crescer muito nessa ‘migração’ que eu fiz, durante esses seis anos na estadia do Brasil, então pra mim foi muito importante. A ‘migração’ faz com que a gente possa entender como é a vivência, como é que você pode aprender com o outro, dos preconceitos, de tudo que você pode ver, então você pode enxergar mais além, é isso a ‘migração’, certo”. (Maria Guerra, 2017).

5.2 Coautora 02: Maria Moura

Acho interessante alternar as entrevistas, até mesmo para se comparar as experiências de uma timorense com uma brasileira. A entrevista da próxima informante foi feita no espaço de convivência da UNILAB, por sugestão da própria entrevistada, por ser um ambiente agradável e tranquilo. Convivi um pouco com Maria Moura, somos do mesmo curso, Bacharelado em Humanidades, e fizemos um curso complementar juntos sobre teorias feministas, a considero uma pessoa independente e empoderada. Além disso, Maria Moura é carioca, nasceu no Rio de Janeiro, mas seus ancestrais são baianos, relata ela.

Maria Moura tem 20 anos e se *auto define*, em termos raciais, como negra. *Sobre suas perspectivas*, me relatou que, quando deixar a instituição, almeja tentar um mestrado, em linguística, pois se descobriu amando essa área. Além disso, não deseja lecionar em sala de aula, “é trágico”, diz ela. Descobriu também no decorrer de sua trajetória acadêmica que ama linguística e tem uma certa aversão a literatura, destaca também os desafios de pesquisa, “publicar é chato”, desabafa. *Com relação à divisão de papéis sociais e sexuais entre homens e mulheres*: “a emancipação da mulher está muito longe. As mulheres também propagam o machismo”. Esta relata que sempre morou na cidade e, quando questionada *onde as mulheres teriam mais oportunidades*, afirma que as mulheres na cidade têm mais oportunidades, pois no campo “as relações são muito estratificadas”. *Sobre os desafios*: “ter os mesmos espaços de poder que os homens têm”.

Destaca que “sempre a mulher é vista pela sexualidade dela, a função social dela é ser bonita”, enfatiza ela; *com relação as mulheres que não desejam ter filhos*: “nossa, elas tão é certa, a crise no Brasil é forte, a criação dos filhos recai toda sobre a mãe”, acresce ainda que “a maior parte das mães solteiras são negras”. *Como deveria ser a mulher do futuro?* Para ela tem que ser “uma mulher emancipada, tendo os mesmos direitos e ocupando os mesmos espaços que os homens, mas é uma utopia”, enfatiza ela. Ressalta ainda que as mulheres, mães negras “ficam num campo de não emancipação quase patriarcal”. Se esta percebe esse *preconceito com relação a homens desempenhando as tarefas do lar*, enquanto a esposa trabalha fora, Moura me

relata que não percebe isso como uma “inversão de papéis”, mas sim como uma “questão de tomada de consciência, é uma questão de justiça”. *Sobre jovens que se casam ou “juntam-se” muito cedo*, deixando, na maioria das vezes, os estudos, relata que percebe muito isso no Brasil, “com certeza, sobretudo no interior. ”

Se já sofreu algum tipo de opressão ou violência, sua resposta foi sim, assédio no trabalho, pois já trabalhou em uma empresa onde só tinha ela de mulher. *As ocupações que trabalhou*: segurança do trabalho, recepcionista, fez algumas pesquisas em linguística, de estudos raciais (meio acadêmico). Descreve ademais que tem essa capacidade de fazer várias tarefas, sobretudo no meio acadêmico, “consigo lidar com isso tudo, é uma questão de equilíbrio”. *Sobre desigualdades de salários entre homens e mulheres*, relata que percebe muito isso no Brasil, principalmente naquelas profissões consideradas de “homens”, como, por exemplo, física, química, matemática.

Em seguida, é questionada *se gênero tem relações com outras categorias*, sua resposta é sim: “racismo, classe, linguagem, nacionalidade”. A pergunta seguinte é: o curso de *BHU (Bacharelado em humanidades)* é o que *realmente almejava*? A resposta foi não, mas que se descobriu amando o BHU. Antes pensava em um curso na área da saúde, enfermagem ou biomedicina. *Sua concepção de gênero*: “é como você se relaciona”. Se gênero seria uma construção social, “sim”, por quê? “Porque desde o nosso nascimento, construímos nossos papéis de gênero”, afirma. A frase da francesa Simone de Beauvoir (1949), “não se nasce mulher, torna-se mulher”, reflete muito bem isso. Quando questionada *se se sente bem em sua condição de mulher*, “queria ser homem, homem é mais livre, pode andar sem cueca, sem blusa, mulher não, mulher usa muita roupa”. Em suma, para ela os homens já nasceram “prontos”, se este tem pelos “é lindo”; em contrapartida, a mulher não. *Com relação a legalização do aborto*, é a favor, pois “não importa se está proibido ou não, ainda fazem, com a legalização iria ter menos aborto e não o contrário, como muitos pensam”. Segundo Maria Moura, o mesmo ocorre no caso das drogas.

Em seguida, questiono: me fale um pouco do *seu contato com mulheres internacionais* e se já teve alguma aproximação com mulheres timorenses? “O meu contato com as mulheres timorenses e estrangeiras é basicamente que já morei com elas, né, com santomenses, então eu tenho um contato mais ou

menos, eu acho que elas têm bastante tradição patriarcal aí, né, mas eu acho que justamente porque no capitalismo, né, as mulheres são exploradas pelo trabalho, então se espera que elas tenham mais liberdade para serem exploradas tanto sexualmente, quanto... é.. Numa força de trabalho, dentro da indústria, então essas mulheres não podem ser contidas, sendo que no interior, né, nos lugares menos industrializados, como esses países africanos que tão aqui, é, as mulheres são mais tradicionais em relação ao capitalismo... não chegou lá bem fortemente a indústria, então essas mulheres têm um papel muito retroativo, então é basicamente isso o meu contato com mulheres estrangeiras.”

Como você constrói sua identidade de gênero? “É, minha identidade de gênero, como eu construo, ham, bem, a partir da minha sexualidade, do que eu sou, é.. aí eu construo a minha identidade de gênero, eu acho que eu sou cisgênero; assim, eu me identifico com a aparência da mulher, hétero e... é... a partir disso, da vivência mesmo da sociedade. Eu não tenho nada contra a minha aparência não, eu não tenho outro gênero a não ser o cisgênero, eu acho esse gênero, ele condizente comigo”. *Qual a diferença entre homens brasileiros e internacionais?* “A nacionalidade e a cultura”. *Quais os maiores desafios no social para as mulheres negras?* “É o racismo”, desabafa ela. *Já sofreu ou presenciou algum tipo de preconceito racial com mulheres?* Sim. *Me fale um pouco da sua relação com seus pais?* Me relatou que é “péssima”. Com relação a essa última pergunta a entrevistada mostrou-se desconfortável, por isso respeitei e não indaguei mais sobre.

Com relação à vestimenta feminina; de acordo com a entrevistada, mulher tem que ser livre quando o quesito é roupa. Em seguida, perguntei se *pensa em sair do Brasil*, estudar fora, relata que somente à passeio, não pensa em morar fora. Ama o Brasil e ainda critica as pessoas que não dão o devido valor ao seu país. Graceja, quando diz que, como forma de criticar, deve-se falar de um jeito bem nordestino, regional, com o propósito de contrapor esse tipo de pensamento exteriorizado e voltado para a Europa, euro centrado. Ao falarmos sobre feminismo conclui que muitas pessoas têm uma concepção errada do que é ser feminista, como por exemplo, mostrar os seios, se vestir de homem ou ser lésbica. Relata que, “a luta das feministas é por direitos

básicos”, deixando claro que essa concepção errada é algo que precisa ser desconstruído. (Maria Moura, 2017).

5.3 Coautora 03: Maria Quitéria

A terceira entrevistada, a conheci por intermédio de Maria Guerra, ambas são amigas. A entrevista foi na casa onde moram (as) os estudantes. Quando indaguei se queria preservar sua identidade, esta me disse que “depende de você”. Aparentemente, a minha primeira impressão foi a de achá-la um pouco tímida e retraída, “não são todas, mas a maioria das timorenses são muito tímidas”, me relatou Maria Guerra. Para preservar sua identidade, chamarei esta coautora de Maria Quitéria. Ela é uma timorense, tem 25 anos, é do curso de CNeM, e morava na cidade de Suai. Suas etnias são “kemak”, “bunak”, “galole”, “mambae”, “tocode”, “tétum” e “fataluku”.

Com uma certa curiosidade, pergunto-lhe quais as comidas típicas do Timor, cita que são “katupa” e “tukir”. Questiono o que seria o “tukir”, e ela escreve: “é carne de cabrito, primeiro corta-se a carne aos bocados, põe-se num tacho e tempera-se com alho, cebola, folha de limão, erva-doce, a hortelã, o açafraão e óleo e o caldo de carne. A carne fica neste marinada por 40 minutos. Passando o tempo, leva-se o tacho tapado a lume brando até cozer a carne”.

A primeira pergunta foi quais *suas perspectivas de futuro*: “que todas as mulheres tenham direito mesmo que o homem, porque, no nosso caso, o homem que tem direito do que mulher”. Acrescenta que as mulheres “só ficam em casa, quem manda os homens, não as mulheres”. Fala de casos de violência doméstica, pois no Timor não existe Lei Maria da Penha. Vale destacar também que, no Brasil, apesar dessa lei estar em vigor desde 2006, a violência continua sendo algo tanto cultural, como estrutural, e é muitas vezes naturalizada na sociedade brasileira. Simião (2005), em seu artigo “O feiticeiro Desencantado: Gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor Leste”, traz uma reflexão bastante interessante sobre isso. O autor, com base em alguns estudos no país, afirma que antes casos de violência ou conflitos eram resolvidos de forma tradicional e local, sobretudo por pessoas mais velhas, como os “lia na’in”: anciões homens que tinham, e ainda hoje tem, o

poder da palavra (de acordo com Maria Guerra) para resolver diferentes tipos de conflitos. Mas o Estado, as ONGs, a UPV (unidade de Pessoas Vulneráveis) etc., tem interferido nesses conflitos, de início fazendo algumas mediações, depois de forma mais formal, respeitando assim os direitos humanos, visto que para alguns (famílias tradicionais) o conflito poderia ser resolvido com a morte do “agressor”. O autor ainda destaca que o termo violência doméstica é um conceito novo no Timor, ou seja, antes não era visto assim, mas apenas como uma espécie de quebra do equilíbrio da ordem estabelecida.

Mas, recapitulando, sobre *se gênero é uma construção social*, Maria Quitéria disse que sim, mas não sabe responder o porquê, quando questionada. *Com relação à divisão de papéis sociais e sexuais entre homens e mulheres*, esta concorda, percebendo também essa divisão de papéis sociais no Timor. *Sobre se homens e mulheres ajudam-se nas tarefas domésticas*, de acordo com a entrevistada “eles se ajudam”. A pergunta seguinte foi sobre *sua concepção de gênero*, esta não soube responder.

Em seu país, relatou-me que morava no campo. Pedi que me falasse um pouco de *suas experiências no campo*, em sua cidade, Suai. Contou que “a maioria trabalha na horta”. Em seguida, indaguei se já morou na cidade, disse que sim, peço que me fale um pouco de *suas experiências na cidade*: “na cidade, tem muitas pessoas que todo dia só ficam em casa, eles só assim, vendem as coisas. No nosso campo, as pessoas, só vai pra horta, todos os dias, todos os dias! ” Para ela, as pessoas, sobretudo mais carentes socialmente, têm mais oportunidades no campo: “na cidade, quem tem mais conhecimento, ele pode trabalhar; no campo, não, não tem “conhecimento”, também ele podia trabalhar na horta”.

Maria Quitéria conta ainda que no campo se trabalha muito na agricultura; e na cidade, em contrapartida, “não tem lugar pra fazer nada”. *Sobre os desafios*, “no nosso caso, o desafio que as mulheres têm que ficar em casa, quando os homi saiu. Só fica em casa, cuida dos filhos, cuida da casa, tudo! ” E, enfatiza: “tem liberdade os homi; as mulheres, não, só ficam em casa”.

Vale destacar também que, de início, quando chegou em Redenção-CE, a entrevistada não sabia falar o português, ou sabia muito pouco, tendo que fazer três meses de curso na própria instituição, destaca ela: “quando eu

cheguei aqui no Brasil, eu não sei falar a língua português e estou aprendendo a língua português aqui no Brasil”. *Com relação as mulheres que não desejam ter filhos*, para ela “tanto faz”; mas, questionada se queria ter filhos, disse que sim. *Como deveria ser a mulher do futuro?* “Melhor mamãe, boa pessoa pra minha família”. Maria Quitéria ainda conta que espera que, no futuro, as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens, pois relata que as mulheres não podem sair se o marido não estiver em casa.

Em seguida, digo para ela que no Brasil muitas vezes é a mulher quem é a “chefe” da casa, quem sustenta o lar. “No nosso caso não (diz ela), o chefe da família é o homem, por isso o homem que manda tudo”. Em seguida lhe pergunto *se percebe casos de homens desempenhando tarefas de casa e a esposa trabalhando fora*: “a maioria, as mulheres ficam em casa mesmo”. Já *jovens que se casam cedo*, deixando muitas vezes os estudos, relata que acontece, mas expõe que as jovens precisam estudar, pois casar cedo não seria uma boa opção. *Se já sofreu algum tipo de opressão ou violência*, relata que em seu país não, mas no Brasil, sim; no início, quando chegou no Brasil, foram assaltadas.

Se já trabalhou ou realizou várias tarefas ao mesmo tempo, Maria Quitéria diz nunca ter trabalhado, mas realizou várias tarefas ao mesmo tempo no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da UNILAB. A próxima pergunta foi *se seria sua primeira viagem a outro país*, disse que sim. Porém, foi a Indonésia somente à passeio. *No quesito casamento*, quem dá o dote é o noivo, em ouro ou em búfalos, conta ainda que antes de casar não pode beijar, namorar, somente depois do casamento.

Como se dá a relação entre esposa e marido no contexto da família: “lá no meu país o homem que mandam tudo, porque numa família consideram o homem como o chefe da casa”. *Sobre se alguém foi contra sua vinda ao Brasil*, escreve: “os meus país concordam e ninguém contra”. *Sobre a experiência da viagem*: “a viagem foi muito bom, mas muito cansativa”. (Maria Quitéria, 2017).

5.4 Coautora 04: Maria Vera

A quarta coautora, Maria Vera, é do curso de BHU, tem 62 anos, nacionalidade brasileira e se auto define, em termos raciais, como parda. Maria Vera concebeu 3 filhos e vivenciou o período obscuro da Ditadura Militar. Narra que já foi “hippie”: “só pelo movimento”, acampando de cidade em cidade. Diz que, na época da Ditadura, “cabelão era sinal de rebeldia”, conta que nunca se casou, até como forma de protesto da época, estando há 40 anos “junta” com o marido. Além do mais, estudou no Internato Pio 11 dos 9 anos aos 15, e teve como base a mãe, que também era professora.

A entrevista foi realizada na casa onde residem os estudantes: cearenses e timorenses. Somos do mesmo curso e, felizmente, sempre estudamos juntos. Maria Vera é vivaz, está sempre disposta e pronta para aprender algo novo: “tô aberta ao aprendizado, seja ele qual for”. Uma vez ela nos disse-nos, em sala, depois do término da aula, que estava “cheia de conhecimento”. Maria Vera é alegre, mãe, amiga, sincera, sensível etc. as vezes nos conta de suas experiências, do sitio na serra, dos filhos, do marido, etc.

A primeira pergunta é quais *suas perspectivas de futuro*? “Pelo menos no meu caso, eu com essa idade, eu já fui dona de casa, eu já tenho uma formação em turismo, técnico de nível médio em turismo, é.. e aí eu dei uma parada por conta da família, fui gerar filhos e tudo, aí meu marido morreu e voltei a estudar e espero fazer muita coisa ainda, relações internacionais, eu quero ganhar o mundo fazendo essas coisas, fazendo algo novo que eu ainda não fiz na minha vida”. Destaca ainda que “muito estudo pra ocupar a mente e não ficar dando trabalho os filhos”. Expressa também o desejo de ir para o Canadá, acompanhar o filho metalúrgico, e que está aprendendo inglês para isso, juntamente com francês a base.

Sobre divisão de papéis sociais e sexuais entre homens e mulheres, Maria Vera não é de acordo: “não, eu não sou de acordo com essa definição padronizada não, porque tem muita mulher com capacidade mais do que o homem pra certo trabalho, tem o homem com mais capacidade mais do que a mulher praquele tipo de trabalho, nem sempre é obrigado, é... dividir, por exemplo, os trabalhos pesados só pro homem, tem mulher que faz trabalho

pesado, tem mulher pedreira, tem mulher que levanta peso, tu sabe que tem, num existe, pra mim é tudo igual. Pra mim, esse padrão, é... como é que a gente diz, é estereotipado, é uma coisa que criaram”. A entrevistada diz ainda que percebe muito isso no Brasil, “lugar de mulher é na cozinha, eles dizem! ”

Indaguei também se percebe reciprocidade entre marido e mulher, ou seja, *se os maridos ajudam suas esposas nas tarefas domésticas*, me conta que seus filhos todos ajudam suas esposas no lar, no pós-parto, e que seu marido cozinhava, só não fazia outras tarefas. Maria Vera enfatiza ainda: “porque quem cria os filhos machistas é a mãe, menino isso não é coisa de homem”. Cita também, como exemplo, as roupas padronizadas de bebês meninos e meninas.

Maria Vera nasceu no campo, é agricultora e tinha um terreno na serra. Perguntei a ela se já morou na cidade, disse que sim, 40 anos, dava aulas particulares. Seu marido era empresário na cidade, “tinha seu próprio negócio”, diz ela. *Quando conversamos de oportunidades*, relata que o lugar onde as mulheres brasileiras têm mais oportunidades é na cidade, “na cidade! No campo as mulheres são muito escravizadas pelos maridos machistas, lugar de mulher é na cozinha! ”.

Com relação aos desafios: “Só a idade mesmo, é... não porque eu tenho fortaleza física e tenho saúde, é porque muitos cantos, muitos lugares têm haver com a idade pra trabalho, né, outros não, né. *Sobre as mulheres que não desejam ter filhos*: “é um direito delas! ” E como deveria ser a mulher do futuro: “dinâmica, ousada, sabe, ela tem que inovar, ela não tem que ficar pra trás”.

Com relação aos homens que cuidam do lar e a mulher trabalhando fora: “normal, porque ela tá talvez mais capacitada, arranjou um trabalho melhor que vai superar o dele, não tem problema, homem pode criar filhos, homem pode varrer, homem pode fazer tudo”. Acrescenta ainda que “é porque elas viveram tanto tempo sob o jugo do machismo, né”? *Sobre as jovens que deixam os estudos e casam-se muito cedo*, a entrevistada percebe muito isso, “porque elas não têm, é... oportunidade pra estudar, pra trabalhar, e logo casam e, geralmente, casam-se com homens mais maduros, pra ter um lar, pra ter uma segurança, elas casam por necessidade muitas vezes”. “Eu vejo muito isso no interior”, acrescenta.

Se já sofreu alguma opressão ou violência, confessa que não, mas já presenciou, “opressão dos maridos com suas mulheres, ela não pode ter amiga, porque vão falar mal da vida dele, eles acham que tão falando mal dele pra amiga, tá entendendo? Com relação ao seu marido, ela relata que não, isso não ocorria, pois “fazia cursos, participava de eventos, viajava”. *Sobre as ocupações ou realizar várias tarefas ao mesmo tempo*, conta que já deu aulas particulares, foi dona de casa, por vezes ajudava o marido na empresa, fez também estágio em turismo por 1 ano neste setor. Acrescenta ainda: “eu dava conta da casa, acordava cedo, mandava os meninos pra escola, com o marido que ia pro trabalho, fazias as coisas, fazia o almoço e aí voltava todo mundo, almoçava e eu deixava as crianças com uma pessoa e ia ajudar ele (o marido na empresa), depois eu voltava pra ensinar as tarefas de casa às 4 horas da tarde”.

Maria Vera passou a maior parte do tempo morando na cidade, somente em 2005 é que veio para a agricultura: “quando era no campo, só vivia pra estudar e aí minha mãe me mandou com 9 anos pra estudar, eu só trabalhei na agricultura depois que eu volto da cidade”. Em seguida, a empresa do marido faliu e migraram para o campo, fazendo o êxodo urbano. Indago pelo motivo de gostar tanto do campo, “pela qualidade de vida, pelo ar puro, pelos alimentos sem agrotóxicos”. Pergunto-lhe *sobre os contrastes do campo e cidade*: “no campo se vive uma vida simples, se vive da terra, plantar, colher, agora a gente depende muito dos invernos no campo, se o inverno não for bom, você tem prejuízo na safra, né”. No campo viviam da agricultura familiar.

Sobre desigualdades de salários entre homens e mulheres: “sim, demais”. Em quais profissões, pergunto: “é nas empresas, nas grandes empresas têm essa desigualdade”. Em seguida, com o decorrer da conversa, foram surgindo outros temas e questões; *sobre as relações entre homens e mulheres*, narra: “um complementa o outro. Porque pra mim a natureza criou esse complemento” (homem e mulher). E numa relação homo afetiva? Pergunto. Complementa sua opinião: “dois homens... anatomicamente homem e mulher se complementam, agora duas mulheres e dois homens anatomicamente eles podem se completar na maneira deles”. Para a entrevistada, “Já nascem assim”; é da natureza do indivíduo.

Peço que me conte brevemente *sobre suas vivências acadêmicas*: “eu não vi nenhum tipo de discriminação comigo não, eu sou bem recebida. O único desafio é que eu tava meio “enferrujada”, mas já peguei o ritmo”. Complementa: “eu sou uma pessoa muito... como é que a gente diz, é... fácil de me adaptar a tudo, eu acho tudo normal, não vejo nada anormal na vida. Tô aberta ao aprendizado, seja ele qual for”.

A pergunta seguinte foi qual *sua concepção de gênero*: “gênero é uma criação, né, uma construção”. “É uma construção cultural”, reforça. Cita, ademais, como exemplo, uma curiosidade do mundo animal para reforçar seus argumentos, tais como: o cavalo marinho e os caracóis, que são animais hermafroditas. Mais adiante faz uma reflexão de que “o comum é o homem e a mulher, né, o mais comum, mais que existe uma diversificação, existem gostos, né, existem costumes”. Menciona também o incesto que em outras culturas é considerado normal. Gênero para ela então é uma construção social no sentido “de tudo que ela recebe de fora”. É como afirma Simone de Beauvoir (1949) de que “não se nasce mulher, torna-se”. Maria Vera com base em nosso diálogo conclui que: “é, acho que sim, sabe, porque? Porque o feto até os 3 meses ele não tem sexo, depois é que vai definir, ele é *unissex*”. Cita exemplos no interior em que os pais fazem do menino uma menina e vice-versa. A próxima pergunta é *se se sente bem como mulher*. “me sinto, adoro ser mulher, amo ser mulher, tá entendendo, adoro ser mulher, adoro ser mãe, adoro ser esposa, adoro ser mulher”.

Com relação à legalização do aborto: “isso é muito relativo, depende de cada um”. Fala da despreparação das mães jovens, a falta de condições, deixando entender que é melhor não gerar filhos sem uma preparação antecipada. *No que diz respeito a roupas*: “pode usar calça, pode usar roupa do homem, pode usar paletó, tudo que ela quiser, contanto que ela se sinta bem, dentro dessa roupa”. Completa: “ela só não pode andar nua porque senão vai ser apedrejada”.

Se gênero tem relação com outras categorias ou é algo isolado: “pra mim, gênero tem a ver com cultura e religião”. Cita como exemplo os índios e algumas práticas homossexuais consideradas normais em suas aldeias. Em relação *se este era o curso que almejava*: “sim, amei o BHU, tem tudo a ver com turismo, tem tudo a ver com o que eu gosto”. Sublinha ela: “porque você

passa a entender um universo bem complexo, sai do simples para o complexo”.
Cita ainda Edgar Morin: “é a simplicidade que mata”. (Maria Vera, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de construção e concepção desta monografia, de toda uma estrutura que exige muito do pesquisador, muitas leituras, releituras, anotações, paciência, determinação etc., pois a pesquisa leva um tempo para amadurecer. Depois de intentar se adequar as normas de um trabalho científico, tentarei abordar nesse último tópico assuntos relevantes, hipóteses que foram refutadas, os contrastes e, sobretudo, desafios e esperanças de um porvir melhor para todas e todos.

Com relação, por exemplo, a pergunta onde essas mulheres brasileiras e timorenses teriam mais oportunidades de emprego, moradia, dignidade, a pesquisa revela, com base nas quatro entrevistas, que as duas timorenses foram unânimes ao afirmarem que têm maiores oportunidades no campo, pois para morar na cidade tem que ter “recurso”; já no campo, você pode plantar, colher, vender os produtos da lavoura. As duas brasileiras, em contrapartida, relatam que no campo “as relações são muito estratificadas”, sendo ainda mais arraigada essa cultura do machismo: “lugar de mulher é na cozinha! ”. Essa entrevista mostrou então realidades e vivências diferentes, um outro olhar.

Se Timor Leste ainda vive num regime patriarcal, embora os autores Amarante (2010) e Simião (2008) afirmem que sim, não podemos, todavia, desconsiderar a opinião das entrevistadas. Maria Guerra afirma que isso prevalecia no passado, e que hoje não existe mais esse sistema. Maria Quitéria exprime que “têm liberdade os homi; as mulheres, não, só ficam em casa”. Reforça ela: “No nosso caso, não, o chefe da família é o homem, por isso o homem que manda tudo”. Claro que isso pode variar de cultura para cultura; no caso de Maria Guerra, ela aparenta ser mais independente e empoderada, até porque passou pela experiência da guerra. Como sublinha Amarante (2010) e Simião (2008), as mulheres que passaram pela guerra tendem a ser mais independentes, empoderadas, tanto na política, no social, quanto no familiar, não é à toa que Maria Guerra lutou, renunciando a tudo para vir estudar nos trópicos aos 54 anos, deixando família, trabalho e amigos.

No que diz respeito à violência doméstica, primeiramente, acredito que a violência não escolhe raça, gênero, credo, classe ou sexualidade. Os casos de violência contra a mulher, tanto no Brasil quanto em Timor, são bastante

sistemáticos, a única diferença é que em Timor não existe a lei Maria da Penha, e a forma de identificar o agressor são diferentes, pois como disse Simião (2006) envolvem no mínimo quatro categorias e no Brasil duas. No caso do Timor então, nem sempre o culpado poderá ser o agressor, mas sim, quem ocasionou a desordem. O fato da independência ainda ser muito recente, essas mulheres ainda estão em luta para que seus direitos e suas vozes sejam reconhecidas e ouvidas, pois, como disse a professora Brígida Cruz, “a maioria das histórias timorenses foi escrito por estrangeiros”. Além do mais, a história oral é, sobretudo, masculina, como sublinha Amarante (2010).

No Brasil, mais especificamente em Redenção-CE, o que mais nos deixou surpresos (e perplexos) foram esses casos de violência extrema (violência da mutilação) contra a mulher, como revela a coordenadora do CREAS, Rita Simões (2017). Sinto que esses casos não devem ser silenciados, ou alheios, devemos efetivamente mobilizar a sociedade como um todo contra a cultura estrutural do machismo, contra todas as formas de agressão, violação e violências contra as mulheres. Penso que sobretudo, a mulher negra na sociedade brasileira é obrigada (forçada) a ser forte, por estar exposta a toda sorte de preconceitos, discriminação, estereótipos, racismo, machismo etc. Visto que, como disse a filósofa brasileira Djamilia Ribeiro, a mulher negra se encontra numa situação de extrema vulnerabilidade social por estar na base da hierarquia social. Expressa ela que, se as mulheres brancas, por serem mulheres, ganham menos, os homens negros ganham menos que elas, “e as mulheres negras ganham menos do que todo mundo”. Desse modo, não podemos então nos silenciar ou achar que não nos diz respeito, temos que incomodar, sim, a sociedade machista, sexista e conservadora com a nossa cor, o nosso cabelo e nariz, com a nossa classe, com a nossa sexualidade, com a nossa raça.

Sobre todas as timorenses serem tímidas e “submissas”, nem todas se encaixam nesse “padrão”, prova disso é Maria Guerra, que se percebe ser muito independente, ativa e empoderada, talvez porque tenha passado pela experiência da guerra. A segunda timorense mostrou-se um pouco mais tímida e retraída. Mas não podemos generalizar ao afirmar que as mais velhas são mais ativas e as mais jovens não, porque já conheci outras timorenses jovens que não se enquadram nesse perfil. Portanto, as culturas podem variar de uma

determinada região para outra; ademais, torna-se arriscado fazer generalizações no campo das ciências sociais.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Maria Inês. **Guerrilheiras da palavra. Radio, oralidade e mulheres em resistência no Timor Leste.** Tese de Doutorado em comunicação e semiótica, São Paulo, PUC- SP- Pontifícia universidade católica de São Paulo, 2010, 278p.

ÁVILA, Rebeca Contrera, Portes Écio Antonio, Notas sobre a Mulher Contemporânea no Ensino Superior. Mal-Estar e Sociedade- ano II - n.2- Barbacena-jun.2009- p. 91-106.

BAIRROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados.** Volume 3 n. 2/95.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **A mulher negra no mercado de trabalho.** In: Estudos Feministas, N.2/95.

BUTHER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

DAVIS, Ângela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia

SIMIÃO, Daniel, **Representando corpo e violência- o combate a violência doméstica em Timor Leste.** Rev. bras. Ci. Soc. (online). 2006, v.21, n.61, pp.133-145.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na Cultura brasileira.** São Paulo, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PERROT, Michelle, **Minha História das Mulheres**, 2.ed, são Paulo: Contexto, 2015.

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. **Mulheres no ensino superior brasileiro: Espaço garantido e novos desafios.** Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Brasil, ex aequo, n.33, 2016, pp. 149-161.

Revista Gazeta de Cuba- Unión de escritores e Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Retirado do blog coletivomarias. blogspot.com/ alisando-o nosso- cabelo.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade. Porto Alegre, Vol. 20, n. 2, jul. / Dez 1995, p. 71-99.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. **O feiticeiro Desencantado: Gênero, Justiça e a Invenção da Violência Doméstica em Timor Leste.** Anuário antropológico/2005, Rio de janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p.127-154.

TILIO, Rafael de. **Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas.** Gênero/ Niterói/ v.14/ n.2/ p. 125-148/ 1.sem.2014.

WALDMAN, Mauricio. **Geografia do Timor Leste.** Ensaio elaborado e disponibilizado em 2003 para o Site dos Crocodilos: [http:// www. Timorcrocodilovoador. Com. br/ geografia- mauricio_ Waldman. Htm.](http://www.Timorcrocodilovoador.Com.br/geografia-mauricio_Waldman.Htm)

ANEXOS**QUESTIONÁRIO**

Nome (optativo):

Nacionalidade:

Idade:

Curso:

Como você se auto define em termos raciais (optativa):

Tempo em que mora em Redenção/ Maciço de Baturité:

- 1- O que se espera que a mulher timorense faça? Ou não faça?
- 2- Qual a sua opinião com relação a essa divisão padronizada e tradicional de papéis sociais entre homens e mulheres? A sra. Percebe essa divisão em seu país, ou entre homens e mulheres há uma reciprocidade?
- 3- Em seu país a senhora morava no campo ou na cidade?
- 4- Qual o maior desafio que a senhora como mulher enfrenta hoje?
- 5- Qual a sua opinião com relação as mulheres que não desejam ter filhos?
- 6- Para a senhora como deveria ser a mulher do futuro?
- 7- E sobre a inversão de papéis sociais, qual sua opinião? Isso acontece em seu país?
- 8- Algumas jovens, às vezes, casam-se muito cedo, deixando na maioria dos casos os estudos. A senhora percebe isso em seu país?
- 9- A senhora já sofreu algum tipo de opressão ou violência em seu país?
(Optativa)
- 10- Quais as ocupações que a senhora já trabalhou e se já conciliou várias tarefas ao mesmo tempo, como por exemplo, estudos, trabalho e lar?
- 11- Essa é sua primeira viagem a outro país, já fez outras? Quais?
- 12- Qual os contrastes do Brasil e Timor?
- 13- Você vê essa desigualdade de salários no Timor entre homens e mulheres. Se tem, em quais profissões?
- 14- Quais as suas vivências-experiências dentro do mundo acadêmico, o que aprendeu, os desafios?

15- Na sua opinião, gênero tem relação com outros conceitos ou é algo isolado. Se tem quais? (Optativa)

16- Esse é realmente o curso que você almejava? Se não, qual seria?

17-A senhora encontra diferenças entre as mulheres do Timor e Brasil, quais? E das relações entre homens e mulheres? E dos homens?

18-Você se sente bem na sua condição de mulher?

19-Você é contra ou a favor da legalização do aborto? (Optativa)

20- Qual sua concepção de gênero? (Optativa)

21- A senhora acha que gênero é uma construção social? Por quê? (Optativa)

22- Como você constrói sua identidade de gênero? (Optativa)